

ATA N.º 6/2012

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 9,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

2. ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NO CONCELHO DE CHAVES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DE 10.10.2012;

3. LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO - LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 26/04/2012. INFORMAÇÃO 19/SC/12. *Para informação;*

**4. CRIAÇÃO DA NUT III DO ALTO TÂMEGA. - CRIAÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL – UNIDADE ADMINISTRATIVA DO ALTO TÂMEGA.
- OBTENÇÃO DE PRONÚNCIA FAVORÁVEL POR PARTE DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. PROPOSTA Nº. 104/GAPV/2012;**

5. REVISÃO AOS DOCUMENTOS PROVISIONAIS DE 2012/ORÇAMENTO RETIFICATIVO. INFORMAÇÃO Nº. 24/DGF/2012;

6. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PROVISIONAIS PARA O ANO DE 2013. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. PROPOSTA Nº.124/GAPV/12;

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA NORMA DE CONTROLO INTERNO DO MUNICÍPIO/PROPOSTA DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO. INFORMAÇÃO Nº. 23/DGF/12;

8. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA. INFORMAÇÃO Nº. 18/SC/DGF/12;

9. APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES; - APROVAÇÃO DA ESTRUTURA NUCLEAR A IMPLEMENTAR, DEFININDO AS CORRESPONDENTES UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES; - DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS; - DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS; - DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES FUNCIONAIS LIDERADAS POR TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU



OU INFERIOR; - BASE LEGAL - DECRETO – LEI Nº 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. PROPOSTA Nº. 121/GAPV/2012

**10. DISSOLUÇÃO DA EMPRESA “MARC. SA.”, POR FORÇA DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 62º, DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO;
-INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA NOS SERVIÇOS MUNICIPAIS; - ARTIGO 65º, DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. PROPOSTA Nº. 122/GAPV/2012;**

11. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE “FLAVIAEDESORTO – PARQUE DESPORTIVO DE CHAVES, S.A.”.

12. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA “EHATB- EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, S.A”.

- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA Nº. 110/GAPV/2012:

13. CONTRATO DE TRANSAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A EMPRESA ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A. PROPOSTA 98/GAPV/2012;

14. DISPONIBILIZAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO INDISPENSÁVEIS À CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA VIÁRIA PRIMÁRIA DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE. – EIXO 2 – (ENTRE A ROTUNDA 6 E A ROTUNDA 4).

- EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA “RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO A24/HOSPITAL – LANÇO 3”, NAS FREGUESIAS DE SANTA MARIA MAIOR E SANTA CRUZ/TRINDADE, CONCELHO DE CHAVES.

-ADOÇÃO DE RESOLUÇÃO DE REQUERER A UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 10º DO C.E. PROPOSTA Nº. 123/GAPV/2012;

15. PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE. CONTRATO DE URBANIZAÇÃO. DESAFETAÇÃO DE CAMINHO PUBLICO. ATO DECLARATIVO. PROPOSTA Nº 126/GAPV/12;

16. ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M.M. ANO ECONÓMICO DE 2012. PROPOSTA Nº. 120/2012;

17. REVISÃO DO PDM DE CHAVES - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, A INTEGRAR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DE 12.12.2012;



Para completar a Mesa foi chamado o Senhor deputada Manuel Norberto da Costa Santos para secretariar os trabalhos da Assembleia, em virtude do pedido de suspensão apresentado pela Secretária Maria Inês Pereira Dias.

Verificaram-se as seguintes faltas:

António Santana Abelha

Rui Jorge Lousada Alves

Luís Manuel Areias Fontes

Sara Emanuel da Silva Brandão Ribeiro

José Pereira Gomes

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Maria Inês Pereira Dias

Ana Maria Guedes Chaves Fernandes

Nuno José Batista Veras

Maria Manuela Tender

Maria Aline Ferreira da Silva Caetano

Susana Isabel Santos Ramos

A ata número quatro, referente à sessão ordinária realizada no dia 26 de Setembro de 2012, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

Posta à votação foi aprovada por unanimidade

A ata número cinco - Extraordinária – realizada em 15 de Outubro, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

Posta à votação foi aprovada por maioria, com 7 abstenções por ausência na última sessão.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA deu conhecimento da entrada de uma “Moção” sob a Reforma do Poder Judicial; manutenção do Tribunal de Chaves como Tribunal de Comarca, que por lapso não foi agendada e pediu autorização para a sua entrada. Foi admitida a sua entrada. Em seguida pediu autorização para ser discutida como ponto da Agenda.

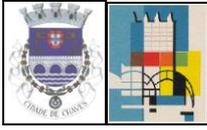
Aqui usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO PINTO DE BARROS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse ter informação que há um pedido para uma Assembleia Extraordinária, para discutir este assunto que do seu ponto de vista se justifica, em função da candência deste problema.

“Parece-me que este problema não se deve reduzir a uma simples “Moção” e havendo o pedido de uma Assembleia Municipal Extraordinária, provavelmente não se justifica a entrada deste ponto na ordem de trabalhos”.

MARIA DA GRAÇA RODRIGUES SILVA do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que, em seu entender, o assunto do Tribunal lhe parece demasiado importante para ser discutido nesta Assembleia.

“O assunto do Tribunal vai implicar a discussão e o assentar de uma estratégia, a eventual tomada de posições, porque o que os advogados fizeram até hoje, relativamente ao Tribunal, vamos ser francos, os efeitos produzidos traduziram-se numa muito pequena chamada de atenção; é preciso definir estratégias e levar o assunto ao sítio onde tem de ser discutido. É preciso que o PSD, o PS e as demais forças políticas da CDU e do CDS/PP se reúnam, se organizem; que as Câmaras do Alto Tâmega consigam unir esforços e impor-se junto do poder político. O que foi feito relativamente ao Tribunal foi levar aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República em Lisboa situações que eles diziam desconhecer, e não deviam, o que não é suficiente para conseguirmos que o Tribunal fique por cá na situação em que está hoje. É bom que todos nós tenhamos a perceção, a consciência e a certeza que



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 06/2012

ou nos juntamos todos, definimos estratégias, conseguimos que os Órgão de decisão em Lisboa nos ouçam – neste momento a Senhora Ministra está com essa disponibilidade – ou então vamos perder mais de metade das valências que o Tribunal de Chaves tem. Tenho falado com diversas pessoas e quando se comenta que o Tribunal vai para Vila Real eu fico com a perceção de que se pensa que isto é uma luta de advogados, mas não é. Os advogados são quem, no meio disto tudo, terão a vida mais facilitada porque quem paga a deslocação a Vila Real são os clientes. Temos de decidir é a forma como devemos tratar este assunto que deve ser discutido numa Assembleia Municipal extraordinária.

A Senhora deputada Márcia Teixeira, juntamente com os advogados do PS reuniu as assinaturas necessárias para convocar essa Assembleia em que as pessoas que assinaram estão na disposição de prescindir das respetivas senhas de presença. Nessa sessão devemos unir-nos, trazer ideias e estratégias. Em política o que vale são os números e no Alto Tâmega vão ter de se reunir Boticas, Montalegre e Valpaços mais as pessoas que estão à frente dos partidos e nisso é que o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora deputada Paula Barros e o CDS têm uma palavra muito importante a dizer. Ou conseguimos unir-nos à volta do Tribunal de Chaves, que é uma casa de todos nós, ou vamos perder essa casa. Temos o Hospital como exemplo e a seguir vai o Tribunal. Eu tinha de vir aqui dizer isto porque amanhã não quero ser acusada pelas pessoas que estão lá fora, de que Chaves cruzou os braços e que esta Assembleia Municipal nada fez na defesa do nosso Tribunal.

Eu sou advogada, trabalho no Tribunal todos os dias e sei o que o Tribunal tem hoje e o que vai perder. Eu e os advogados todos que aqui estão sentados. E se na realidade, não forem os advogados a trazer a esta Assembleia as informações que pelo exercício da profissão temos e conseguimos reunir com mais facilidade, para que os demais entendam, naturalmente que o Tribunal vai perder-se e as valências vão embora de Chaves. Nós vamos ficar com aquilo que tínhamos há uns anos atrás; vamos ter a justiça longe dos cidadãos com todas as consequências que daí advêm. Naquilo que me diz respeito é só por isso que eu hoje votei e vou votar contra, porque este assunto não pode ser discutido em meia dúzia de minutos.

A agenda desta sessão é muito extensa e muito importante, em que os assuntos exigem discussão e o Tribunal é uma questão que tem de ser tratada com muita calma, com muita tranquilidade, com posições perfeitamente definidas e não acredito que o possamos fazer hoje, ainda que tenhamos também a manhã para esta agenda. Não estamos aqui para dividir, mas como advogada tenho de vos dizer que já estive demasiadamente à frente disto tudo. Os advogados têm levado esta luta às costas, mas não temos força suficiente para a levar até ao fim. Esta luta tem de ser encabeçada pelos partidos políticos todos juntos – unidos/reunidos. Enquanto forem só os advogados a andar à frente, a população não entende e isto, como já disse, não é uma luta de advogados. Os advogados tanto vão a Chaves como a Viseu, como a Vila Real como a outra cidade, mas quem vai ter a justiça mais distante, mais cara, de não proximidade são os cidadãos e os de Chaves já perderam demasiado. E a seguir ao Tribunal vão as Finanças, vai a Conservatória e ou vamos todos viver para o litoral ou então Chaves vai ficar com tão pouca coisa que teremos de repensar se queremos os nossos filhos a viver aqui.

O que eu peço é que toda a gente se una em volta da causa – Tribunal de Chaves – colocando-nos lado a lado, na defesa do que é nosso, ou então as valências que neste momento temos vão passar para Vila Real”.

MÁRCIA CRISTINA TEIXEIRA do PSD – depois de cumprimentar os presentes referiu que o que a sua antecessora disse é a realidade.

“Como todos sabem, para além de deputada Municipal sou, neste momento, a Presidente da Ordem dos Advogados de Chaves e juntamente com os meus colegas



encabeçamos esta luta que ainda agora começou. Penso que os mais atentos terão visto a entrevista da Senhora Ministra da Justiça e houve coisas que ela disse e que me deixaram mais tranquila. Disse que em determinadas regiões, havendo um determinado grupo de Presidentes de Câmara que se reúnam e digam que pretendem a Comarca para a sua Região, articulando uns com os outros, devido às acessibilidades, devido às dificuldades das populações, estaria aberta a aceitar estas propostas. Na última reunião de advogados decidimos começar a contactar os senhores Presidentes de Câmara do Alto Tâmega para em conjunto definir, se assim o entenderem, uma estratégia. Vamos discutir hoje aqui a CIM e tem de haver alguma lógica nesta organização administrativa do território, a nível dos vários serviços; entendemos que este tema é muito importante e deve ser discutido numa Assembleia extraordinária que solicitamos seja agendada, para esse efeito, tendo sido reunidas as necessárias assinaturas e cujo documento entrego na Mesa.

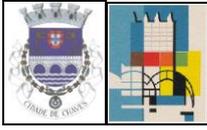
Vamos continuar a lutar pelo nosso Tribunal até ao limite das nossas forças.”

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que o Grupo Municipal do PSD solicitou ao Gabinete da Assembleia Municipal, no passado dia 19 de Novembro o agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos para a próxima Assembleia Municipal a realizar em Dezembro, o qual não foi agendado pelos motivos que o Senhor Presidente da Mesa explicou. O PSD entende, como todos, que nesta matéria é muito mais aquilo que nos une enquanto flavienses, do que aquilo que nos separa. Sem qualquer tipo de aproveitamento político para atos que se avizinham, o Grupo Municipal do PSD entende e quer discutir este assunto com profundidade. Seja numa Assembleia extraordinária, ou não, estamos recetivos a participar, como temos vindo a fazer ao longo do tempo, na defesa intransigente do Tribunal de Chaves e das suas valências e acima de tudo dos flavienses. Eu estou disponível, e apelo à minha bancada que o esteja também para participar nessa Assembleia Municipal extraordinária sem receber a respetiva senha de presença.”

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que fazendo uma analogia, ninguém se lembraria, aquando da anexação do Hospital de Chaves, que a luta tivesse sido feita somente pelos médicos e enfermeiros.

“As questões da saúde estão muito para lá dos profissionais de saúde, embora eles também sejam afetados, assim como as questões da justiça estão muito para além dos direitos dos profissionais de Justiça. As autarquias têm de fazer um esforço para verificar o que na verdade se está a preparar relativamente ao Tribunal. Honra seja feita aos advogados porque se não fosse o seu movimento, as autarquias estavam muito atrasadas em relação a este movimento.

Não foi feito o agendamento deste ponto, por lapso, como já foi referido, mas parece-me muito complicado, tanto mais que não estava previsto, discutir este assunto numa agenda de trabalhos tão extensa. Não houve uma preparação prévia entre dos Grupos Municipais, para se estudar esta questão. É necessário mobilizar e dinamizar as associações, as entidades, as pessoas, para lutar pelo Tribunal. Os advogados dizem, com razão, que mais parece um grupo corporativo que está a defender os seus interesses, quando a CDU e muitos dos presentes entendem que esta questão vai muito para além disso. Entendo que mais do que dos partidos a responsabilidade é mais dos autarcas – Deputados Municipais, Presidentes de Câmara, Vereadores e Presidentes de Junta – que devem de estar à cabeça do movimento para articular a justiça, a saúde e as acessibilidades. Esse movimento que se espera seja forte, deve centrar a sua principal prioridade, neste momento, na questão do Tribunal de Chaves e nos restantes Tribunais do Alto Tâmega, mas tem de ser mais abrangente. Esse movimento, se for forte, produz efeitos concretos no recuo das decisões que se pretendem tomar. Foi o que aconteceu com a urgência médico-cirúrgica do nosso



Hospital. Há uma linguagem que todos os Governos entendem que é o movimento das populações na rua.

A CDU concorda que a discussão deste assunto seja agendada para uma reunião extraordinária, embora entenda que, melhor do que nada, ela possa então ser discutida hoje aqui, apesar da extensa agenda de trabalhos.”

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – cumprimentou os presentes e disse que não concorda com a introdução de mais este ponto nesta extensa ordem de trabalhos, defendendo uma reunião extraordinária para a análise de um assunto tão importante. “Proponho que se retire o ponto 4 da ordem de trabalhos, dado que é de extrema importância”

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – disse que o Grupo Municipal do PSD comunicou que retira este pedido de entrada na agenda de trabalhos e que concorda com o agendamento de uma reunião extraordinária para discussão do assunto do Tribunal, sem o pagamento das senhas de presença. O Senhor Presidente solicitou a todos a dispensa do pagamento das respetivas senhas de presença.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – depois de cumprimentar os presentes disse, em nome do seu Grupo Municipal, que a quase totalidade subscreveu o pedido de agendamento de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal para tratar da questão do Tribunal.

“Só as nossas assinaturas não chegariam mas o conjunto de assinaturas cumpre os requisitos regimentais para a marcação da Assembleia Municipal Extraordinária. Quero também, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista saudar o Movimento dos Advogados que se colocou à frente no que respeita à defesa das valências do Tribunal de Chaves; entendemos que é fundamental que este tema seja agarrado no seu tema primordial, ou seja: na defesa da igualdade de oportunidades dos cidadãos do Alto Tâmega no acesso à Justiça. É isso que está em causa e é dessa forma que faz sentido que se afaste essa defesa, do movimento corporativo. Eu sei que os advogados fizeram um esforço no sentido de demonstrar que este não é um movimento corporativo mas sim de defesa dos interesses dos flavienses e dos cidadãos do Alto Tâmega, em geral, no acesso à justiça.

Concordo com a posição do Senhor deputado Manuel Cunha, quando evidenciou que é importante que os Presidentes de Câmara e restantes autarcas sejam os primeiros a dar o passo nesta matéria. Seria importante que o Senhor Presidente da Câmara, que já fez várias diligências nesse sentido, nos dê conhecimento dos seus resultados. Esta matéria deve unir-nos e não dividir-nos. A História ensina-nos a aprender/crescer com tudo o que tem sido positivo e a reconhecer/retratar-nos naquilo que não tenha corrido tão bem. Este é o momento em que a par com o Tribunal poderemos encetar um movimento de tudo que vá ao encontro dos interesses das populações do Alto Tâmega em geral, com a participação ativa de todos os autarcas e neste caso em concreto, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves. Sabe que tem a apoio da Assembleia Municipal e dos cidadãos e contamos com o Senhor como temos vindo a fazer.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – informou que nos termos regimentais a Mesa convocará uma Assembleia Extraordinária para discutir o assunto do Tribunal de Chaves.

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – deu conhecimento da entrada na mesa de uma “Moção” subscrita pela CDU e pediu ao Senhor deputado *Manuel Justino Matos Cunha* para proceder à sua leitura.

“MOÇÃO”

ÁGUA: UM BEM ESSENCIAL À vida! A CDU rejeita o caminho da sua privatização!



A água é um recurso natural indispensável à vida e de importância fundamental para o desenvolvimento do país. O direito à água e ao saneamento é essencial para a concretização de todos os direitos humanos. Pela sua importância para cada um de nós e para o nosso futuro coletivo, a água deve ser gerida unicamente por organismos públicos, na ótica de um serviço público, no interesse de todos os portugueses e do país.

Como é sabido está em marcha um plano do Governo para pôr em causa o serviço público de captação e distribuição de água e de águas residuais, num processo com sérias implicações na Região Norte e sobre a qual a CDU chama a atenção dos eleitos desta Assembleia, para os seguintes aspetos:

1. Com o pretexto de garantir “massa crítica” no setor e conseguir a “racionalização de custos”, permitindo uma maior “harmonização tarifária” em todo o continente, o processo de reestruturação que o Governo quer levar a cabo para fusionar 19 sistemas que existem, em apenas quatro empresas, está a criar as condições para, numa fase seguinte, privatizar um setor público essencial à sobrevivência e qualidade da vida das populações;
2. De acordo com dados públicos, a empresa Águas de Portugal apresentou aos acionistas das Empresas Águas do Douro e Paiva, SIM-DOURO, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e Águas do Noroeste uma proposta de fusão. No entanto, o mesmo está a acontecer noutras regiões do país, o que tem merecido a contestação de muitos municípios;
3. Objetivamente, o que está por detrás deste processo é o desejo do Governo de privatizar a água, colocando-a nas mãos das multinacionais do setor e possibilitando ao grande capital obter avultados lucros num negócio monopolista, altamente rentável, dado que as populações e as empresas estão dependentes da água. Esta deve chegar a todas as pessoas e não só a quem pode pagar, o que implica que ela nunca saia da esfera pública, ou seja do setor público municipal ou nacional;
4. A esmagadora maioria das redes em baixa de água e saneamento encontram-se na esfera pública, sob gestão direta dos Municípios, detentores de autonomia no cumprimento das suas competências, consagradas na Constituição da República. Isto significa que o avanço deste modelo estratégico de privatização, já anunciado pelo Governo, implica que os Municípios estejam de acordo, o que constitui um obstáculo à concretização das pretensões do Governo;
5. De acordo com declarações de responsáveis governamentais, está em preparação a fusão dos sistemas multimunicipais e a integração nestes, dos sistemas em “baixa”, assim como a revisão do regime de tarifas com o objetivo de recuperar integralmente os custos dos serviços, ou seja tornar estes serviços lucrativos.

Considerando que, os serviços de águas e saneamento devem manter-se na esfera pública, assumindo-se a gestão destes serviços como gestão de um património comum;

Considerando que a privatização dos serviços de águas e saneamento, que o Governo PSD/CDS pretende levar a cabo, serve os interesses dos grandes grupos privados que operam no setor, mas não serve Portugal nem os portugueses;

Considerando que neste processo de privatização, o Estado fica com os encargos de criar as infraestruturas e reestruturar o setor, os consumidores vêm a sua fatura da água e do saneamento aumentar brutalmente, e os privados embolsam os lucros sem qualquer risco,

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida no dia 27 de Dezembro, delibera:



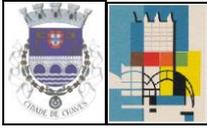
- 1. Alertar para a gravidade das consequências, caso este projeto se viesse a concretizar nomeadamente o aumento generalizado dos tarifários e das taxas associadas ao consumo de água, ou seja, um aumento significativo do valor da fatura a pagar pelas famílias e empresas.**
- 2. Rejeitar este caminho de privatização dos serviços de água e saneamento e afirmar a sua posição em defesa da água como um bem público e um serviço essencial que deve ser gerido unicamente por organismos públicos.**
- 3. Denunciar a proposta do Governo e da Empresa Águas de Portugal, de pressionar a fusão dos sistemas de água existentes no Norte e apelar a que o Município de Chaves não aceite nem apoie esta proposta, que visa no futuro, entregar a entidades privadas este setor essencial da água, a que a população tem direito e que é essencial à vida. Chaves 27 de Dezembro de 2012. Os eleitos da CDU”**

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** perguntou se autorizavam a entrada desta Moção e a sua discussão. Foi autorizada

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** pediu a palavra para dar informação sobre a questão colocada na Moção da CDU. Depois de cumprimentar os presentes disse que a intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha, talvez por falta de informação sobre esta matéria, sob o ponto de vista do Município de Chaves, não é correta pelas razões que passou a explicar:

Nesta altura os municípios que contestam a fusão das águas a norte são apenas aqueles já têm concessionada a “baixa”. Isto porque se a água em “alta” sobe nesses municípios, as empresas que tem concessionada a “baixa” vão perder lucros. A contestação não existe nos municípios em que a tarifa em “alta” (captação e tratamento) vai descer, mas naqueles que já têm concessionado a “baixa”. Dou um exemplo: O Sistema de Águas Douro e Paiva coloca a água em “alta”, nos municípios da área metropolitana do Porto a 34 cêntimos o m³ e, através da empresa respetiva, trata as águas residuais a cerca de 50 cêntimos o m³; a Empresa Águas de Trás-os-Montes coloca-nos a água a 69,24 cêntimos o m³ - mais do dobro - e trata o saneamento a 75,99 cêntimos o m³. Se a água em “alta” sobe, isso obrigatoriamente, vai implicar com os preços ou com uma diminuição dos lucros das empresas de distribuição.

Ao contrário daquilo que o Senhor deputado diz há aqui duas situações muito diferentes: a fusão dos sistemas a norte, no que respeita à “alta”, vai fazer com que o preço do m³ de água em Chaves, onde a Autarquia agora paga a 69,24 cêntimos o m³, passe a pagar 52 cêntimos e o tratamento de águas residuais, que hoje é cobrado pelas Águas de Trás-os-Montes a 75,99 cêntimos venha para cerca de 66,00 cêntimos o m³. Pelas leis comunitárias, nos próximos 25 anos, os serviços terão de ser auto sustentáveis. O que acontece em Trás-os-Montes acontece no Zêzere e Coa e Alentejo que são zonas de baixa densidade em que os investimentos feitos pela empresa, para serem recuperados, necessitam de aplicar preços muito mais altos. Por essa razão, para os Municípios de Trás-os-Montes, em particular Chaves, a fusão das águas em “alta”, a nível do norte, é favorável. Mas isso é diferente da etapa seguinte. Quando se tem a água captada e tratada é necessário distribuí-la e neste momento quem a distribui, em grande parte dos casos são os municípios. As Águas de Trás-os-Montes já contactaram os municípios para saber qual é a vontade de cada um nesta matéria. É uma questão para discutir, se se entrega também a “baixa” às próprias Águas de Trás-os-Montes, ou às Águas do Norte, ou se o Município quer



continuar a distribuir a água, conforme vem fazendo, sendo que tem um custo de entrada e o Município assume as diferenças na saída. Aliás nos documentos do Orçamento se repararem consta lá uma receita de água cobrada, duas vezes inferior ao valor que vai pagar. Tudo isto significa que beneficiamos com a fusão dos sistemas em “alta”; quanto à “baixa” que é a que está em causa poder, ou não, ser concessionada, essa questão o Município decidirá de acordo com a sua opção.

Esta Moção, no meu entender, e pelos princípios que defende, ao contrário do que parece, não é benéfica para o Município de Chaves porque neste momento não está em causa, nem nunca esteve, a privatização do recurso da água em “alta”; o que está em causa, e é possível ser discutido, é a concessão da distribuição, já depois da água ser captada, tratada e colocada nos respetivos depósitos e tanto podem ser os Municípios a fazê-lo como qualquer empresa que venha a concessioná-la; neste momento, ao contrário do que acontecia antes, as próprias Águas do Norte – Empresa a constituir pela fusão - ou as Águas de Trás-os-Montes dispõem - se a fazer a cobrança, dando sempre a liberdade aos municípios de poderem, ou não, aderirem a esse sistema e mesmo que adiram, poderem, ou não, suportar os encargos de tarifas sociais que assim, e bem, o entendam.

Neste caso em concreto, em Trás-os-Montes, logo que haja a fusão o preço da água em “alta” desce 17 cêntimos e o tratamento das águas residuais desce cerca de 10 cêntimos, mantendo-se ao mesmo tempo o sistema de distribuição. Por isso é que os municípios que já têm concessionada a “baixa” - caso de Gondomar, Paredes, Vila Nova de Gaia e outros - são contra, porque esses sistemas ou têm menos lucros, ou vão ter de aumentar os preços ao consumidor, para equilibrar as respetivas contas. Nesta altura entendo que defender o interior e os seus municípios é defender a fusão da água em “alta” e não estamos sós nesta matéria; em Trás-os-Montes os municípios aderentes às Águas de Trás-os-Montes, num total de 33, votaram por unanimidade a fusão dos sistemas a Norte.

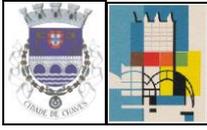
Não podemos ser incoerentes. Se defendemos o interior, o bem-estar das populações e a sua qualidade de vida, não vamos agora defender os do litoral com uma Moção desta natureza.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que o Senhor Presidente da Câmara falou dos lucros das Empresas de distribuição de água como se tratasse de um negócio.

“O que deve ser explicado a esta Assembleia é que quando alienámos a responsabilidade do Município na gestão da água pública à Empresa das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, criámos uma dívida de milhões de euros, à mencionada Empresa e nós tínhamos capacidade de prestar esse serviço à população, aproveitando os nossos recursos humanos e de água.

A União Europeia criou um conjunto de leis inultrapassável de qualidade, obrigando a cobrir os custos de fornecimento; os Municípios alienam as águas a empresas públicas, em “alta”, e começam a fazê-lo também em “baixa”; já se fala no direito aos lucros das empresas que tomam conta dessa distribuição como um ato natural.

Do que a CDU não abdica e quer que fique registado em ata, é que continuamos a defender, não um processo que crie um monopólio da água, que depois qualquer governo privatize, porque é esse o seu objetivo, mas que continuem a ser as



autarquias as responsáveis pela sua distribuição. O PSD quando era oposição votou contra, aquando da criação da Empresa Águas de Trás-os-Montes, no entanto agora que é poder, vai participando nesses aspetos todos. Com esta decisão os custos da água não vão baixar, terão tendência sempre a aumentar. Os municípios devem voltar a responsabilizarem-se pela gestão pública das suas águas, acabando com os delírios que trouxeram este País para a ruína, com investimentos desproporcionados, fora de contexto, como ir buscar a água à barragem dos Pisões, do qual resulta um custo muito elevado. Havia alternativas, que mantinham a responsabilidade política das autarquias na gestão pública da água e criam-nos uma teia que até parece muito racional, nas palavras do Senhor Presidente, e na realidade a Autarquia, pelo menos transitoriamente, vai pagar menos pelo custo da água. Nós não dissemos que não poderia baixar, mas é mais um passo que tem como objetivo transformar a água num negócio. Já aqui foi dito que as empresas que estão a distribuir a água em “baixa” querem manter os seus lucros e o Senhor Presidente da Câmara referiu-se a empresas da zona do Porto mas, com o tempo, a legislação comunitária vai obrigar a que até as freguesias, que são ricas em água, vão ter de a pagar. É isto que esta Moção tenta dizer e gostava que refletissem sobre isso”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas dizendo que o Senhor deputado fala nesta questão como se não fosse necessário fazer qualquer investimento, quer na exploração, quer na condução a água até aos locais de distribuição, quer nas respetivas redes de saneamento.

Não é só captar a água e colocá-la em casa dos consumidores. Pelo meio há todo um enorme investimento que é necessário ter em linha de conta. Tudo o que o Senhor acabou de dizer pertence ao passado. O Senhor deputado tem de compreender que ninguém está aqui para confundir ninguém e quando me referi às Empresas que dão lucro não são as que estão aqui implantadas, mas sim as que se situam no litoral; mas a verdade é que ninguém vai concessionar um serviço para ter prejuízo. O que está em causa é que da fusão dos sistemas em “alta” resulta uma tarifa mais equilibrada para todo o Norte do País. Fazendo valer o princípio da solidariedade, nos locais onde há mais consumidores, o valor das tarifas sobe muito menos, em função do que desce nos locais do interior onde há muito menos. É isso que se pretende com a fusão dos sistemas. Também há municípios do litoral que são favoráveis à respetiva fusão.

Quando da criação da Empresa Águas de Trás-os-Montes, o PSD efetivamente colocou reservas e votou contra à adesão ao sistema, mas se hoje não tivéssemos esse sistema o Município teria de ter feito investimentos para prestar este serviço. Podemos é discutir se teria sido menor ou melhor o investimento do Município de Chaves, em relação ao que foi feito pela Empresa. Mas isso está ultrapassado porque hoje todos sabemos que a Empresa das Águas de Trás-os-Montes investiu na captação de água para servir Chaves e outros Municípios; investiu numa Estação de tratamentos de águas residuais que serve a cidade e zonas limítrofes. E a verdade é que hoje temos água com qualidade e em quantidade para fornecimento. Se este investimento não tivesse sido feito o Município de Chaves tinha de fazer um grande esforço, para além do que já tinha sido feito anteriormente, nomeadamente os furos da Veiga, para permitir que nos meses de Verão a água chegue a todas as pessoas.



Lembro que esta Autarquia fez uma terceira captação no Rio Tâmega e outra em Vilar de Nantes, como foram feitos muitos investimentos noutras freguesias em captações de água.

As Águas de Trás-os-Montes, a partir de 2008, com a entrada em funcionamento da estação dos Pisões resolveram esse problema, com custos para o Município porque paga a água em “alta” e para os consumidores que pagam a água em baixa. Esta Moção a ser votada, favoravelmente, prejudica o interior, o norte e os munícipes de Chaves em particular. O que está em causa repito, não é, a privatização do recurso, nem pode ser constitucionalmente privatizado um recurso que é de todos. Logo a água em “alta” não pode ser privatizada; o que pode estar em causa é a concessão da distribuição e aí cada município, como é o caso do nosso, decidirá se quer ou não fazer essa concessão ou manter a prestação desse serviço.

Posta à votação esta “Moção foi rejeitada com 46 votos contra, 3 votos a favor e 18 abstenções.

Entrou-se no **“Período Antes da Ordem do Dia”**.

Neste período usaram da palavra os seguintes deputados:

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – cumprimentou os presentes e desejou a todos a continuação de boas festas. Em seguida disse:

“A minha intervenção vai incidir num assunto que foi notícia recentemente na comunicação social, concretamente o “Pastel de Chaves”. Pode até parecer uma questão menor, mas é uma situação de grande relevância porque tem um grande impacto na economia do setor alimentar. Chaves foi recentemente notícia local e nacional, por uma boa razão que enche de orgulho todos os flavienses que amam a sua terra com a divulgação da decisão do Conselho de Ministros de 14 de Novembro, publicada no Diário da República a 21 de Novembro de 2012, ao aprovar o registo provisório do “Pastel de Chaves” como produto com indicação geográfica protegida.

O Registo provisório - porque a certificação dos produtos é transversal a todos os países da Comunidade Europeia - e terminado o processo de inquérito público, este transitará para a Comunidade Europeia, que após decisão de aceitação, ficará sujeito a novo inquérito público em todos os países da Comunidade, para posterior decisão sobre a certificação do produto. Este processo exigente e moroso foi iniciado já em 2005, quando a Câmara Municipal de Chaves convidou a ACISAT para se constituir como agrupamento de produtores. A partir daí foram realizadas várias reuniões para analisar os procedimentos necessários e avaliar o envolvimento dos respetivos produtores. Foi constituído um grupo de trabalho composto pela Dra. Ana Coelho, em representação da ACISAT, Dra. Maria de Lurdes Campos e Dra. Cristina Morais, da parte da Câmara Municipal de Chaves que, entre outras tarefas, elaborou a listagem de produtores, o Regulamento do Agrupamento, o quadro de soluções e o plano de ação que posteriormente foram aprovados em Assembleia Geral da ACISAT. Ao fim de sete anos vimos finalmente reconhecido o mérito do excelente trabalho desenvolvido, quer com os produtores, quer em inúmeras reuniões com a entidade responsável pela análise do processo de candidatura.

O Pastel de Chaves folhado em forma de meia-lua, recheado com um preparado muito característico e especial, feito a partir de carne de vitela picada, há mais de 150 anos que representa o melhor da produção tradicional flaviense. Uma das mais antigas referências ao “Pastel de Chaves” foi publicada em 1937 no Almanaque «O Comércio de Chaves» onde Teresa de Jesus Teixeira, instalada na Rua de Santa Maria, também conhecida como Rua do Antigo Pasteleiro, surge como fabricante dos célebres pastéis de Chaves. A opinião de alguns estudiosos diverge sobre a origem do verdadeiro “Pastel de Chaves”. A. Saldanha, em publicação no semanário



«Notícias de Chaves» de 22 de maio de 1987, por altura das comemorações dos 125 anos do pastel, defende, em teoria, a sua origem em França. Já Montalvão Machado, no manuscrito recordando uma delícia de Chaves, redigido em 2004, aponta a origem para um Convento de Freiras. Mas a história do Pastel de Chaves, contada pela neta de Teresa de Jesus Teixeira – D. Fernandinha - ainda viva e na faixa dos 80 anos de idade, remonta ao ano de 1862, quando uma mulher, cujas origens se desconhece, vendia pastéis pelas ruas da então Vila de Chaves, acomodados num alguidar de barro, cobertos com um pano branco e papel de jornal, para os manter quentes. Os pastéis de Chaves tinham tanta procura que uma Senhora de nome Teresa Feliz Barreira, que tinha uma filha jovem, viúva, com quatro filhos para sustentar, decidiu contactar a vendedora dos pastéis para que esta lhe indicasse a receita e a forma de os fazer, de modo a garantir o sustento da sua filha e netos, tendo a vendedora concordado a troco do pagamento de uma libra. Foi assim que se fundou o primeiro estabelecimento de fabrico e venda de pastéis de Chaves, na sua casa sita na Rua de Santa Maria, passando posteriormente a ser conhecida como a Rua do Pasteleiro. O “Pastel de Chaves” com reconhecimento de indicação geográfica protegida e a publicidade que lhe está associada, vai contribuir para um aumento significativo da venda de unidades, em particular para os trinta e cinco produtores que integram o agrupamento que, atualmente, já produzem mais de vinte e cinco mil unidades por dia, gerando um volume de negócio superior a quatro milhões de euros por ano”.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento anexo

Outras Informações:

DEPUTADA PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que o seu partido analisa com cuidado a agenda da atividade municipal enviada pelo Senhor Presidente da Câmara e têm algumas questões a colocar.

“Sobre o reconhecimento que foi feito pelo Senhor Secretário de Estado responsável pela Modernização Administrativa, no que respeita ao claro avanço do Município de Chaves, gostávamos de saber qual a evolução do processo conducente à criação da Loja do Cidadão de 1ª. Geração, tal como estava prevista, que se enquadra no processo de Modernização Administrativa e de proximidade dos serviços aos cidadãos.

No que respeita às Águas de Portugal e às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro o Senhor Presidente refere que tem havido várias reuniões e acordos de pagamentos em atraso; gostaríamos que nos informasse sobre o montante do valor real da dívida do Município à Empresa das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Isto também porque a Empresa reivindicara um valor que nunca foi compatível com o que tem vindo a ser afirmado. Sabemos que existe uma parte que está em litígio mas queremos saber qual é o valor real, independentemente da fração da dívida que está em litígio. Esta acumulação de dívida à Empresa pode ser justificada pelo Senhor Presidente, mas a verdade é que houve receita acumulada a partir do pagamento de água por parte dos consumidores. Onde tem sido aplicada essa receita?



Também sobre a reunião com a RESINORTE gostava de saber qual o montante da dívida do Município à Empresa, qual o plano de pagamentos, encontro de contas e qual o plano que foi estabelecido com a Rede Ambiente, no sentido da melhoria da qualidade do serviço que estão a prestar. O Senhor Presidente deve lembrar-se que na Assembleia Municipal em que apresentou a proposta para mudança de fornecedor deste serviço, o Partido Socialista disse-lhe claramente que a mudança poderia ser interessante na medida em que baixasse o preço final do serviço ao consumidor e melhorasse a qualidade do serviço prestado; verificamos que a qualidade do serviço não tem melhorado e gostávamos de saber de que forma essa melhoria pode vir a verificar-se, em função da verificação das falhas havidas.

Gostávamos de saudar a Autarquia no que respeita à avaliação de imóveis de forma célere (dos cerca de 32 mil prédios a avaliar), cerca de 30 mil já foram avaliados. O prazo terminava em Novembro, foi alargado até Março, mas estamos no bom caminho, até porque isso implicará uma maior receita a arrecadar pela Autarquia com a cobrança do IML, o que é muito importante.

Assinámos o Programa de Apoio à Economia Local, estando neste momento a aguardar o visto do Tribunal de Contas, sendo que os documentos solicitados já foram enviados e aceites, mas gostávamos de saber que esclarecimentos foram solicitados pelo TC que implicaram a realização de uma reunião extraordinária do Executivo”.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – pediu esclarecimentos sobre:

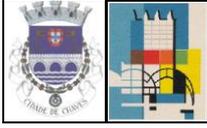
“Investigação sobre a água e também sobre a UTAD em Chaves. Estas informações do Senhor Presidente são vagas e gostava de ouvir mais informação sobre estas matérias.

Refere também que em 2012 o número de desempregados diminuiu e a CDU gostava de saber números e, principalmente, se a Autarquia tem informação se a esta diminuição do número de desempregados tem correspondência no aumento de empregados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Relativamente às questões do emprego, colocadas pelo *Senhor deputado Manuel Cunha*, todos temos acesso aos dados oficiais que foram disponibilizados há relativamente pouco tempo e eu tenho comigo os do Distrito de Vila Real onde consta a evolução desde abril a outubro de 2012. Esse documento diz que no Distrito de Vila Real, neste período, há mais de 669 desempregados, onde aparece o Município de Chaves com uma diminuição de 95 desempregados e julgo que é relevante que, neste período, se tenha verificado essa diminuição.

Sobre a UTAD vimos verificando, ao longo do tempo que, quando há problemas, a primeira coisa a colocar em causa é o Pólo de Chaves. Neste caso concreto está em causa um projeto diferente, patrocinado pelo Município em que, no contexto dos recursos que são disponíveis e do investimento que as Universidades e as Empresas têm de fazer, nos seus recursos locais, nós temos um recurso, com dimensão à escala da Euro cidade, e da Região da Galiza, que é a água. No eixo Ourense-Verin-Chaves-Vidago-Pedras Salgadas (Vila Pouca de Aguiar), em águas minerais e termais, concentram-se, a nível europeu, as maiores fontes de aproveitamento e utilização deste recurso. Por iniciativa, mais da Universidade de Vigo, foi assinado um convénio com a UTAD que prevê que a Universidade de Vigo, no seu Campus de Ourense e a Universidade de Trás-os-Montes, no seu Campus de Chaves, possam trabalhar em conjunto com vista a uma maior valorização deste recurso natural. O Plano já está feito pela Universidade de Vigo, é liderado pela Senhora Vice-Reitora desta Universidade, no Campus de Ourense e está para análise na UTAD onde é liderado pelo Senhor Professor Carlos Assunção e mais dois professores da área da



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 06/2012

Saúde e das Novas Tecnologias, que apresentarão até Março de 2013, um projeto de execução de novos cursos, a iniciar no próximo ano letivo, numa perspetiva de candidatura mais ampla à formação. Sabemos que os Fundos Comunitários 2014/2020 terão uma componente, no nosso País, substancial, no âmbito da Formação e serão candidatos, não só no contexto da Região Portugal/Galiza, mas também de Castela e Leão, com implicação da Universidade de Valhadolid e da Escola de Enfermagem de Chaves, onde este ano estão matriculados 32 alunos Galegos.

Entendemos que esta é uma forma de consolidar em Chaves, uma extensão Universitária, que não queremos massificada. Com todo o desenvolvimento que se pode fazer a partir da água, como recurso natural, abundante neste eixo, quer na área da investigação quer na área do estudo, há o projeto para avançar com cursos no próximo ano letivo, no contexto da candidatura da Macro Região Norte Portugal/Galiza, Castela e Leão, para o período 2014/2020.

A *Senhora deputada Paula Barros* colocou a questão da Modernização Administrativa. Foi discutido na reunião em Vinhais, relativamente às Câmaras de Trás-os-Montes qual era o ponto da situação sobre este processo; de tudo o que foi proposto, nomeadamente do chamado simplex, a que o Município de Chaves aderiu, a Câmara de Chaves era a única que tinha colocado em ação vinte e sete normativas constantes do programa. A seguir a Chaves está Vila Pouca de Aguiar com dezassete e depois vem Ribeira de Pena; dos restantes nenhum tinha implementado ainda esses serviços. Isso levou a que o Município de Chaves tenha certificado cinco dos serviços que disponibiliza para o público. Os documentos internos, nomeadamente os mapas do Plano e Orçamento, são de leitura mais fácil, fruto de uma alteração interna relativamente ao sistema informático do Município. Fizemos uma candidatura à Modernização Administrativa a nível dos Municípios do Alto Tâmega que permitiu fazer essa alteração.

A “Loja do Cidadão” é um projeto aprovado pelo Governo anterior; o Município de Chaves disponibilizou um espaço mas não foi a concurso porque o Registo Civil, o Registo Predial e a Repartição de Finanças, que estavam para ser concentrados nesse espaço, não aceitaram deslocar-se, circunstância que fez parar o projeto. As Finanças estão a pagar cerca de cento e quinze mil euros/ano pelo espaço onde estão a funcionar e o Registo Civil e a Conservatória do Registo Predial pagam cerca de três mil euros/mês cada serviço, valor reportado ao início dos contratos. Entretanto deve ter havido atualizações. O aluguer do espaço que estava previsto para a Loja do cidadão era pago a 3,00€ o m², o que dava cerca de cinco mil euros por mês. Em Vinhais apresentei estas contas ao senhor Secretário de Estado e disse-lhe que se em 2008 tivessem, efetivamente, implementado a “Loja do Cidadão”, cujas instalações custavam setecentos mil euros, a poupança feita durante todo este tempo, permitiria pagar a quase totalidade das mesmas. Mas isto é uma questão que tem de ser resolvida pelo Estado. O Senhor Secretário de Estado informou que vinham do Governo anterior 30 “Lojas” aprovadas, mas que só havia disponibilidade de investimento para quatro.

A dívida real às Águas de Trás-os-Montes é a que está inscrita no contrato acordado num total de seis milhões, cento e noventa e sete mil euros que começou a ser executado a partir de 30 de Outubro. Assumimos oito milhões porque existem os créditos a favor do Município que a Empresa também já reconhece. O único valor em que ainda existem diferenças é o dos chamados caudais mínimos.

Se fizerem as contas, desde 2008 até final de 2012, ao custo real da água e àquele que a Autarquia cobra, conforme consta no mapa das receitas/despesas, o Município de Chaves pagou já milhões; pagou mais do que o que recebeu dos municípios. Pagou através do banco e o que está em dívida vai pagar através do PAEL, mas



pagou. Pagamos às Águas de Trás-os-Montes uma média de quatro milhões de euros/ano o que dá um valor de vinte milhões nos cinco anos. De salientar que tivemos o cuidado de pagar à Empresa o que cobrámos aos consumidores.

Com a RESINORTE temos um acordo anterior ao das águas, que estamos a cumprir e que termina antes; por esse acordo estamos a pagar o que estava em dívida, e vimos pagando sempre os cerca de 800 mil euros que recebemos dos munícipes por ano. Neste momento, ao separar os contratos de recolha e de tratamento, ficamos com as contas normalizadas.

A Senhora deputada referiu-se às avaliações mas aqui é preciso ser-se claro e sério porque quem faz as avaliações não é a Câmara Municipal mas sim o Estado através da Repartição de Finanças. A Autarquia apenas disponibiliza o apoio que nos foi solicitado pelas Finanças. Vir aqui dizer que a Autarquia está a fazer as avaliações não é politicamente sério. É um processo que está a decorrer em todo o País, por imposição da Troika, que inclui a avaliação de cinco milhões de prédios, dos quais em Chaves são cerca de trinta e dois mil e desses já foram avaliados trinta mil. Nesta matéria, sob pena de descredibilização de quem o afirma, há a necessidade dizer a verdade e o que é correto. Fiz referência ao assunto na Informação porque o prazo foi aumentado e se os prédios não forem avaliados neste período e nas condições definidas por Lei, o Estado poderá tomar posse deles através dos mecanismos próprios.

Também não é verdadeiro dizer que em Chaves as taxas dos impostos estão no máximo. Todos sabem que a taxa do IMI, por exemplo, está no mínimo e na reunião de Setembro deste Órgão, houve deputados do Partido Socialista que usaram da palavra congratulando-se por esse facto. Não é entendível que a Senhora deputada venha agora dizer o contrário, a não ser que estivesse a tentar dizer que por virtude do PAEL as taxas têm de ir para o máximo, o que também não é verdade. O Programa II do PAEL não obriga a qualquer mexida nas taxas.

Fizemos uma reunião de Câmara extraordinária por causa do PAEL porque desde que o pedido para 8,6 milhões de euros foi aprovado por esta Assembleia Municipal, até esta data, já pagámos oitocentos mil euros e por essa razão o pedido que agora vem aqui já não de 8,6 mas de 7,8 milhões de euros o que significa que, entretanto, tivemos a capacidade de reduzir a dívida. O Tribunal de Contas pediu a atualização das faturas porque o empréstimo diminui no valor antes mencionado.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA informou que os trabalhos serão interrompidos para o almoço às 12,30 horas e serão retomados às 14 horas. Todos os presentes concordaram.

PONTO 2. - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NO CONCELHO DE CHAVES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DE 10.10.2012.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou ainda, na sequência da informação anterior, que o documento de adesão ao Programa II que foi à reunião de Câmara e já enviado para o Tribunal de Contas, vem a conhecimento desta Assembleia de acordo com o que foi indicado pelos Serviços Jurídicos da Autarquia. O valor inicialmente acordado de 8.634.477,77€ tem uma adenda da qual dou conhecimento a este Órgão, em que o montante do empréstimo passa a ser de 7.873.426,62€.

O Ponto em análise vem a esta Assembleia Municipal para conhecimento, da informação dos Topónimos atribuídos na última reunião do Executivo.

PONTO 3. LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO - LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS



PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 26/04/2012. INFORMAÇÃO 19/SC/12.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que este assunto também vem para conhecimento, na sequência da aprovação genérica desta Assembleia Municipal, de um conjunto de contratos que foram realizados no período decorrido desde a última sessão deste Órgão e que, na sua maioria, dizem respeito aos circuitos escolares; os valores são anuais, mas há outros que são feitos por ano letivo. É um conjunto de contratos que perfaz um valor de mais de quinhentos mil euros de encargos para a Autarquia.

DEPUTADO FRANCISCO PINTO DE BARROS do PS – disse que nesta listagem de compromissos, entre os vários valores, destacou uma situação.

“Gostaria que me fosse esclarecido o valor que aparece na Associação Juvenil “A Voz da Juventude” onde se diz: «celebração de contratos de prestação de serviços para desenvolvimento de atividades e animação sócio educativa nos jardins-de-infância, com a componente de apoio à família de 70.537,00€, num período de dez meses, aproximadamente.

Tratando-se de uma Associação Juvenil, provavelmente de voluntariado e passando por cima daquelas questões que entretanto foram levantadas no sentido em que haveria elementos da Câmara que pertenciam à Direção deste Organismo, está em causa um valor na ordem dos sete mil euros mês; gostaria de saber que critérios foram utilizados e porque esta Associação e não outra.

Que capacidade ou competência pedagógica poderá ter esta Associação para desenvolver atividades sócio educativas nos Jardins de Infância e componente de apoio à família. Quando se fala em aspetos educativos terá de haver alguma capacidade pedagógica.

O PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que o Município fez contratos de prestação de serviços, a termos certo, para dar apoio, nos complementos de horário, nomeadamente aos Jardins de Infância. Esses contratos perfizeram três anos no final do último ano letivo. Eram treze as pessoas que estavam nessas condições e colocou-se a questão de as integrar nos seus quadros ou escolher outra modalidade. Entretanto saiu a lei que proíbe as autarquias de contratar mais pessoal e, perante isso, o Município abriu concurso direcionado a IPSS do Concelho. Houve concorrentes e o serviço foi adjudicado a esta que consta no documento pelo valor ali mencionado.

Em vez de vir aqui levantar as suspeitas do costume, deveriam esperar pelo final do ano, verificar a avaliação que as Senhoras Educadoras fazem do trabalho prestado por estas pessoas e, nessa altura, fazer as suas críticas relativamente a esta questão.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES do PS – depois dos cumprimentos aos presentes disse que as suspeitas relativamente à “Voz da Juventude” já provocaram outras discussões neste Fórum.

“Consideramos que setenta mil euros é um valor bastante avultado para ser entregue, não se percebe com que critérios, a uma Associação cujos membros foram designados pelo Executivo camarário e são da Juventude Social Democrata. O PS teria esta posição se fosse a JS ou outra qualquer. As juventudes partidárias têm de procurar fontes de financiamento para exercer a sua atividade. Agora considerar legítimo que essas fontes de financiamento sejam transferências diretamente dos cofres da Autarquia causa-nos efetivamente suspeita, sobretudo quando esta discussão já tinha dado celeuma. Houve a assunção de uma responsabilidade, por parte do Senhor Presidente da Câmara quando assumiu, dadas as suspeitas do PS e



havendo vereadores que eram membros dos corpos dirigentes, que toda a atividade desta Associação era voluntária. E para que não houvesse acusações de falta de transparência, não haveria transferência de verbas.

O que temos aqui, neste momento, é a assunção de um ajuste direto e não de um concurso; se foi feito concurso era interessante saber quando e quais os documentos que fizeram parte, nomeadamente a existência de caderno de encargos e prazos de candidatura. O Senhor Presidente diz que foi dirigido a IPSS. São setenta mil euros para uma Associação suspeita; entendemos que a atividade desta Associação, num ano pré-eleitoral, não é voluntariosa, nem tão transparente, parecendo mais uma Associação com fins partidários, com fins políticos e de campanha autárquica financiada com dinheiros públicos. Inadmissível”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA solicitou aos Serviços da Assembleia o registo, na íntegra, das últimas afirmações da Senhora deputada. Em seguida informou que o objetivo é apoiar esta IPSS com o mesmo valor que era investido pela Autarquia na compensação das treze pessoas em causa as quais já prestavam serviço antes de ser entregue à “Voz da Juventude”.

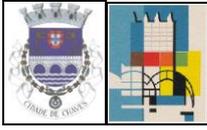
Quero afirmar e reafirmar à Senhora deputada Brigitte que ninguém deve ser beneficiado por pertencer a determinado partido político, mas também não pode ser prejudicado por isso. Neste caso, sendo uma IPSS e estando em condições de concorrer, não existia motivo para ser excluída.

Diz a Senhora deputada que não veio a esta Assembleia Municipal o Programa do Concurso e respetivo Caderno de Encargos e não tinha de vir. Os concursos com valores inferiores a setenta e cinco mil euros nem sequer necessitam de ir à reunião de Câmara. Podia ter sido feito por ajuste direto mas não foi. Foi por concurso, formalizado com todos os documentos inerentes e estão disponíveis para quem os quiser consultar.

Podemos discutir ideias, discutir projetos e outros assuntos, mas a legalidade prova-se com factos. As suspeitas também têm de ser provadas por quem as faz porque, se assim não for, quem as faz está a descredibilizar a política e nenhum de nós quer que isso aconteça. Por tudo o que ficou referido, se a Senhora deputada tem alguma dúvida, sobre esta questão, faça o favor de a apresentar e discuti-la-emos na devida altura. Estaremos aqui para assumir as nossas responsabilidades relativamente a essa matéria. E eu cumpro com a palavra porque o que foi dito na altura que a Senhora deputada referiu, foi que não foram atribuídos quaisquer subsídios à “Voz da Juventude”, a qual, nesta altura, não tem ninguém nos seus Órgãos que faça parte do Executivo.

PONTO 4. CRIAÇÃO DA NUT III DO ALTO TÂMEGA. - CRIAÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL – UNIDADE ADMINISTRATIVA DO ALTO TÂMEGA. -OBTENÇÃO DE PRONÚNCIA FAVORÁVEL POR PARTE DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. PROPOSTA Nº. 104/GAPV/2012.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que neste momento está a ser solicitado às Assembleias Municipais do Alto Tâmega um pronunciamento, com prazo até ao próximo dia 1 de Fevereiro de 2013, sobre uma lei aprovada na generalidade na Assembleia da República, relativamente à questão das NUT. Esta normativa diz, relativamente ao associativismo municipal e à sua capacitação institucional que tem ter três pressupostos essenciais: a governabilidade, a coerência e homogeneidade dos territórios de suporte e a territorialização das políticas públicas. Esta lei atribuída às CIM, para além de proporcionar a governabilidade, a coerência e homogeneidade dos territórios permite a territorialização das políticas públicas.

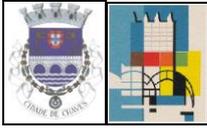


Sobre esta matéria, nomeadamente a Justiça, vamos refletir um pouco. Aquilo que esta reforma judiciária, ao contrário das restantes promove, é a lógica do Distrito. Já o contrário foi feito nos serviços de formação profissional; como sabem Mirandela, Carraceda de Ansiães e Vila Flor foram adstritos a Chaves, na lógica da CIM Trás-os-Montes e Alto Douro, com algumas discordâncias, nomeadamente de Bragança e Mirandela e com críticas do Senhor deputado Mota Andrade do PS. Isso significa que no único caso em que funcionou a lógica Distrital e não outra lógica territorial, nas propostas apresentadas, foi exatamente na Justiça, o que é um contrassenso. Na perspetiva da territorialização das políticas públicas o que se pretende e o Alto Tâmega está a trabalhar nesse sentido é que as CIM, no contexto do País e com esta Lei, vão ser menos do que os Distritos. Na região Centro passaram de doze para oito porque havia CIM que não tinham a dimensão que lei exige, que é um mínimo de cinco municípios e noventa mil habitantes. Neste momento temos o aval e a vontade positiva do Senhor Secretário de Estado, para criação da CIM do Alto Tâmega, que irá integrar seis municípios e noventa e cinco mil habitantes.

A perspetiva é que criando a CIM do Alto Tâmega, possamos territorializar todas as políticas públicas, desde a saúde à justiça à educação e outras que venham a ser delegadas pelo poder central. Daí ser importante a aprovação das NUT porque Bruxelas pediu ao País que até 1 de Fevereiro de 2013 entregue a sua correção. Isto porque desde 2005 tem havido em Portugal alguma confusão relativamente às estatísticas e às unidades territoriais, a nível europeu. A CIM Trás-os-Montes dá-nos três exemplos específicos: Ribeira de Pena que neste momento integra a CIM Trás-os-Montes pertence à NUT Tâmega; Vila Flor integra a CIM Trás-os-Montes e pertence à NUT Douro; Murça está na CIM Douro e pertence à NUT Trás-os-Montes. Bruxelas pretende acabar com essa confusão recomendando que haja unidades territoriais estatísticas – do INE Português e EUROSTAT – que correspondam à capacitação institucional das CIM e por isso a lei diz que uma CIM tem de corresponder a uma NUT. Este é o momento para apresentar simultaneamente a correção das NUT em Bruxelas, pedir a criação da NUT Alto Tâmega e ao mesmo tempo a capacitação institucional pedindo a CIM do Alto Tâmega. Isto tem de ser feito durante o mês de Janeiro para poder entrar em Bruxelas e para que, no contexto com a lei portuguesa, isso possa ser formalizado. Os prazos estão definidos como atrás referi e as propostas das NUT e CIM têm de estar concluídas até Junho, para entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2014 no novo Quadro Comunitário de Apoio.

Se a lei pressupõe a governabilidade, a coerência do território e esta territorialização das políticas públicas, que iria colocar no Alto Tâmega, e em Chaves em particular, a sede de uma das vinte NUT que estão previstas a nível do País. A CIM de Trás-os-Montes atualmente apresenta debilidades e fragilidade nas suas respostas sobretudo, ao nível das vias de comunicação, em que tem uma alteração substancial; enquanto a A24 estrutura o Alto Tâmega, a A4 a restante parte do território do nordeste transmontano.

O Alto Tâmega tem uma história de mais de trinta anos de políticas comuns; tem homogeneidade dos territórios, tem identidade, tem estruturação e tem sobretudo um suporte que do ponto de vista económico não deixa de ser uma ajuda. Tendo história



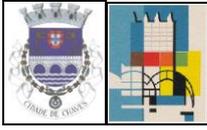
e identidade, é nossa obrigação, neste momento, apresentar em simultâneo quer no contexto europeu, o pedido da criação da NUT, quer no contexto nacional a capacitação institucional dessa NUT através dum a CIM que virá a beneficiar os cidadãos do Alto Tâmega, num aspeto concreto que é o da territorialização das políticas públicas. Isso será feito antes quer da aprovação na generalidade da lei do sistema judiciário, quer da análise do número de processos até 2012, dado que até aqui só estão até 2010, como também relativamente às instalações dos Serviços e só depois é que será publicado o respetivo Decreto-Lei da Reforma do Sistema Judiciário. Esperamos que até lá, com a instituição das NUT, a alteração lógica distrital seja substituída pela lógica territorial das CIM no contexto do País. É isso que ao nível geral as CCDR, que são as entidades que conduzem estes processos no País esperam, assim como os municípios envolvidos.

DEPUTADA PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – relativamente a esta Proposta da constituição da CIM, que vem da Associação de Municípios do Alto Tâmega, o Partido Socialista diz o seguinte:

“Naturalmente que olha com bom grado tudo o que una os municípios do Alto Tâmega, no que tenha a ver com a aquisição de escala e da força necessária para que, em conjunto, se possam abraçar desafios e reivindicações importantes para, dessa forma, produzir um impacto maior. Sabemos que os tempos atuais exigem que se efetive o trabalho em rede e a primeira deve ser feita com os nossos parceiros mais próximos, para depois a podemos estender e alargar porque poderemos vir a ganhar com parcerias que possamos estabelecer a um nível mais alargado. Essas parcerias devemos ser nós a estimulá-las e a provocá-las, até porque se formos nós podemos levar para cima da mesa aquilo que mais podemos lucrar mas também o que os outros podem lucrar em fazer parcerias connosco e obter uma negociação muito mais equilibrada. Exige-se até pro-atividade no que diz respeito a esta matéria.

No que respeita ao Alto Tâmega em particular, por se tratar de uma região que pode conferir uma posição de liderança muito clara a Chaves, que já devia estar assumida, em relação à Região, pelo que nada temos a obstar a fazer esta territorialização. Pode até ser um valor acrescentado no que respeita a políticas específicas que valorizem toda a Região e ao valorizar toda a Região vão valorizar cada Concelho em particular.

Tendencialmente olhando a favor desta matéria, por este lado e por este ponto de vista, há algumas questões que nos levantam muitas reservas, nomeadamente no que está consignado na Proposta de Lei 437/2012, aprovada em Conselho de Ministros, que vai seguir o percurso legislativo normal, sobretudo no que respeita ao esvaziamento de competências das autarquias locais e dos órgãos efetivamente eleitos pelos cidadãos e temos receio de que o esvaziamento destas competências seja a favor do acrescento de competências a órgãos, que não são democraticamente eleitos, mas que são nomeados dependendo do poder central vigente. Se viermos a ter um órgão de decisão mais próximo que será o dito Conselho Diretivo das CIM, de nomeação governativa central, que vá absorver competências que estavam consignadas aos órgãos democraticamente eleitos pelos cidadãos, conquista esta que não podemos deixar que seja ferida, levanta-nos muitas reservas. Nada a dizer no que respeita à territorialização, ao ganhar escala desta Região do Alto Tâmega e



muito menos no que respeita aos passos que sejam dados no sentido de que o Município de Chaves adquira uma centralidade estratégica em relação ao Alto Tâmega que, necessariamente tem de ser depois uma centralidade em parcerias desenvolvidas ou a desenvolver, que contribuam para o desenvolvimento do Concelho e para a coesão social e territorial. Isto porque não sabemos o que aí vem no que respeita ao próximo Quadro Comunitário, no respeitante às políticas de coesão territorial, e devemos ser nós a sustentar bem esses princípios, a justificá-los e a enquadrá-los em projetos financiados que concorram para o desenvolvimento e para a coesão social e territorial.

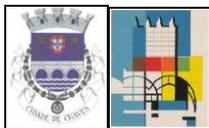
Repito que nada temos a opor à territorialização mas gostaríamos que o Senhor Presidente nos esclarecesse qual é o seu posicionamento em relação ao significado e ao impacto que esta lei possa ter no que não é desejável e que é o afastamento dos eleitores aos eleitos. Se transferirmos competências para um órgão não eleito mas designado, estamos a promover esse afastamento. Gostávamos de saber se na reunião da Associação dos Municípios do Alto Tâmega não foi debatida esta questão”.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que os partidos que têm sido poder deveriam olhar com mais cuidado para a organização dos municípios.

“Durante alguns anos estivemos ligados à Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes e Alto Douro num absurdo completo. Agora esta Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega é mais racional, mas as questões essenciais não são estas. O Senhor Presidente da Câmara falou de alguns aspetos, nomeadamente a dimensão e número de municípios. Nós devemos estar no limiar da dimensão de população e com a reforma que se prepara não sei se haverá municípios suficientes para fazer a Comunidade do Alto Tâmega, uma vez que devem ser reduzidos a três, e ainda outros aspetos nomeadamente o da democraticidade nos quais a Senhora deputada Paula Barros já falou.

Temos aqui uma Proposta que parece muito aliciante mas que pode ser mais uma machadada na noção de poder local que a CDU e grande parte das pessoas aqui presentes defendem. A CDU não pode subscrever esta Proposta e gostaria de recordar um aspeto. Todos nesta sala nos debatemos pela Regionalização e aí sim fazia sentido falar de políticas territoriais; agora estamos a falar da territorialização das políticas. Na saúde estamos ligados ao Centro Hospitalar. O eixo é a A24 que vai até Lamego. O Governo está em funções há ano e meio e não lhe conhecemos nenhuma medida que vá no sentido de territorializar a saúde e o ensino. Queremos dar mais um pretexto para saltar fora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro? Vamos ter a Universidade do Alto Tâmega?

No final de todos estes anos ficamos com a ideia de que tudo o que foi feito até aqui, pela Comunidade de Trás-os-Montes foi tempo perdido. Esta Assembleia Municipal devia bater-se pela Regionalização, nomeadamente pela Região de Trás-os-Montes, essa sim, com dimensão, e está prevista na Constituição. A Constituição tem normas, tem leis e são essas leis que estão em vigor no País; somos um País independente que votou a sua Constituição e deve ser respeitada.



Estas manobras preveem a alienação e o afastamento de órgãos de decisão que não são eleitos, em nome de uma territorialização das políticas que eu também não estou a ver qual é; pelo menos naquelas áreas que nós achamos essenciais, de saúde e ensino. Por isso a CDU vota contra esta Proposta”.

DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos o Grupo Municipal do PSD entende destacar o seguinte:

“No seguimento do Estudo-Piloto sobre modelos de competências, de financiamento, de governação, de gestão e de transferências de recursos para as Comunidades Intermunicipais (CIM), o Governo Português apresentou a Proposta de Lei n.º437/2012, de 30-08-2012, relativa ao Regime Jurídico das Autarquias Locais e ao Estatuto das Entidades Intermunicipais.

O **Associativismo Municipal** revela-se de grande importância para enfrentar, numa adequada escala, problemas comuns dos municípios e deverá ter um papel relevante na articulação de políticas e ações ao nível supra municipal.

O reforço das atribuições e competências das entidades intermunicipais, prevista na proposta de lei, implica a necessidade de capacitação das CIM e a concretização de uma efetiva articulação com os municípios.

É necessário **assegurar uma dimensão e escala adequadas** para todas as entidades intermunicipais, assegurando que o nível de agregação de municípios e **escala territorial** sustentem uma adequada **governação**. Um bom sistema de governança contribui decisivamente para um desenvolvimento mais sustentável.

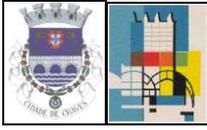
Para **consolidar eficazmente o funcionamento e o desempenho** dessas entidades intermunicipais é fundamental que na sua génese esteja a existência entre os diversos municípios integrantes de uma memória e de uma prática conjunta, de dinâmicas próprias, de uma **identidade histórica** e de perspetivas comuns de futuro. O respeito pela **identidade territorial** deverá permitir aos municípios **decidirem livremente a adesão e associação em CIM**, no respeito por uma Matriz de Organização que promova a coesão territorial.

O associativismo municipal deverá ser uma decisão livre, não uma imposição.

Sabemos que a definição da unidade territorial da CIMTM teve por base imperativos legais, visando a “participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 -2013” (art.º 1º, do Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril), e que a cooperação municipal ao nível da unidade territorial da **CIMTM não resultou em reforço da coesão territorial** nem em evidentes ganhos de escala.

Conhecemos as dificuldades de entendimento que antecederam a criação e implementação da CIMTM e as **fortes fragilidades institucionais evidenciadas** ao longo destes anos de funcionamento ao nível da gestão e operacionalização na resposta aos problemas territoriais.

Sentimos o **distanciamento** existente entre os territórios envolvidos, a inexistência de antecedentes positivos de colaboração e compromissos estabelecidos entre os



municípios abrangidos, os interesses díspares resultantes de identidades territoriais distintas e a inexistência de uma visão comum.

Sublinhamos a **falta de dimensão** adequada para a prossecução das atribuições e competências previstas na proposta de lei de algumas entidades intermunicipais.

O associativismo intermunicipal tem como objetivo global contribuir para o bem das populações. Como objetivos específicos, melhorar a prestação de serviços; racionalizar meios; rentabilizar equipamentos e infraestruturas.

A existência de equipamentos tais como, hospitais, tribunais, escolas, etc., contribuiu ao longo dos anos para a formação da identidade local.

À nova organização territorial compete respeitar o que a história foi cimentando.

A organização dos serviços desconcentrados do estado, deverá ser **reorganizada com base nas futuras CIM**.

Existem um conjunto de **políticas setoriais e respetiva organização administrativa territorial que não têm qualquer interligação territorial com a CIMTM**.

No caso concreto do setor da saúde em que o Hospital de Chaves, unidade de referência do Alto Tâmega está integrado no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, enquanto as restantes unidades hospitalares estão integradas na Unidade Local de Saúde do Nordeste. Mas também no caso da Segurança Social se verificam discrepâncias pois o Alto Tâmega continua a responder ao Centro Distrital de Vila Real, e em tantos outros casos se verificam discrepâncias como na JUSTIÇA.

A CIMTM, constituída por 15 municípios, apresenta uma desmesurada dimensão territorial e tem **dificuldades colossais em termos de acessibilidade e mobilidade internas**. As redes rodoviárias não estão implementadas à escala da CIMTM.

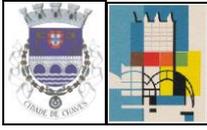
A **criação da CIM Alto Tâmega**, constituída pelos 6 municípios do Alto Tâmega visa o reforço da coesão territorial e a prossecução das atribuições e competências previstas na já supra referida proposta de lei.

A identidade do Alto Tâmega é diferenciadora e ao mesmo tempo aglutinadora de um bom funcionamento e eficácia.

Para terminar, apenas sublinhar que o Grupo Municipal do PSD apresentou a esta AMC em 21/12/2011, uma **MOÇÃO** que também visava esta matéria, explicitamente no ponto n.º 1 – “No âmbito da reorganização administrativa do país pugnar pela criação da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. (Aprovado com 89 votos a favor, 3 abstenções (2 da CDU e 1 do PS e sem votos contra) e que no seu ponto n.º 3 – “Propor a alteração da organização dos serviços desconcentrados do estado com base nos extintos distritos e **proceder a uma reorganização com base nas futuras CIM**. (Aprovado com 84 votos a favor, 7 abstenções (2 da CDU e 5 do PS e zero votos contra).

Pelo exposto e sem reserva, o Grupo Municipal do PSD pronuncia-se favoravelmente à Criação da NUT III do Alto Tâmega e à Criação da Comunidade Intermunicipal – Unidade Administrativa do Alto Tâmega. Chaves, 27 de Dezembro de 2012. O Grupo Municipal do PSD. Nelson Montalvão”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores deputados dizendo:



É inquestionável a centralidade de Chaves no Alto Tâmega e ninguém a contesta, mas não é só isso que está em causa. Como a Senhora deputada Paula Barros diz está em causa todo o território e todo um conjunto de situações que podem potenciar esta Região e os cidadãos aqui residentes.

A questão das NUT tem alguma urgência tendo em conta o próximo Quadro Comunitário de Apoio que vigorará desde 2014 até 2020 e tudo tem ficar preparado durante o ano de 2013. Daí a necessidade da sua configuração definitiva, aprovação no EUROSTAT em colaboração com o INE, dessas unidades em Bruxelas, para que as políticas a aplicar pelo novo Quadro Comunitário de Apoio a partir de 2014, sejam feitas já em função dos projetos e das propostas para as quais vai haver o financiamento que cada CIM possa apresentar em Bruxelas.

No próximo Quadro Comunitário de Apoio o País vai ter menor dotação do que no anterior, em cerca de quatro/cinco mil milhões de euros. Calcula-se que terá entre dezassete e dezoito mil milhões de euros para o País. Mas ao contrário dos anos anteriores vai haver muito pouca disponibilidade para construção de estradas, edifícios e outros investimentos em infra-estruturas; vai ser concentrado em áreas ligadas à empregabilidade, à formação, à inovação, ao empreendedorismo. Em Chaves podemos ser competitivos na área do Turismo e na Regeneração Urbana. Temos ainda a nosso favor a questão transfronteiriça em que o INTERREG III teve um volume considerável de fundos para estas regiões. No POCTEP I, em vigor, tivemos acesso a um milhão de euros que não chaga a 10% daquilo que tivemos no INTERREG III.

O próximo Quadro Comunitário de Apoio irá ter um reforço substancial nas regiões transfronteiriças porque se constata que na Europa a “27”, 37% da população vive em regiões fronteiriças. A preparação quer da NUT III Alto Tâmega, quer da capacitação institucional respetiva, é importantíssima para fazer um plano de propostas ao próximo QCA; o País terá, a partir de Junho, disponibilidades para apoiar a elaboração desses mesmos planos. Também em 2007/2013 a CIM de Trás-os-Montes, tal como existe, foi e é obrigatória, porque também nessa altura tivemos de apresentar um Plano Territorial para candidaturas e para Chaves obtivemos duas obras fundamentais – O Centro Escolar e a Via de Acesso. Por essa razão é que para o próximo Quadro queremos uma NUT e uma CIM Alto Tâmega que, em conjunto, nos permita apresentar programas credíveis nas áreas mais benéficas para esta Região.

Esta é a minha opinião sobre esta matéria. Não concordo que seja criado um Órgão só para eleger um diretor executivo. Entendo que devem ser os Presidentes de Câmara a definir a pessoa que vai exercer esse cargo. No contexto do País, neste momento, a única CIM que nunca teve Diretor Executivo, nem vai ter, é a de Trás-os-Montes e portanto essa questão não se põe. A lei diz que cada CIM tem de ter um Diretor Executivo e a minha posição é que devem ser os Presidentes de Câmara o respetivo executivo de cada CIM, chamar para trabalhar com eles quem entenderem e serem eles a gerir o quadro de pessoal. As CIM não têm competências próprias e as que irão ter serão transferidas ou delegadas podendo ser do Estado para as CIM e dos Municípios para as CIM. Ao contrário do que a lei diz, nós defendemos que as delegações e transferências não devem ser obrigatórias, mas sim facultativas. Os



Municípios devem delegar na CIM aquilo que entendem que é subsidiariamente melhor executado por esta entidade e devem manter as funções para que estão mais vocacionados. O mesmo deve acontecer com o Estado; a lei atual prevê, erradamente, que o Estado delegue e a Comunidade não possa recusar, havendo uma desigualdade entre o Estado e as Comunidades. Essas questões estão em debate e a ANMP reúne hoje em Lisboa para discussão dessa matéria, onde se defende que as competências transferidas e delegadas sejam de comum acordo.

No nosso caso a criar a NUT e a CIM entende-se que os transportes escolares podem ser feitos a nível do Alto Tâmega e faz-se uma proposta nesse sentido. Mas se for entendido que o serviço será de maior qualidade se for prestado por cada um dos municípios, mantêm-se a situação atual. Como nos transportes o mesmo pode acontecer noutras situações que são passíveis de ser transferidas e de ser geridas em comum. Temos serviços que já são tratados em comum, nomeadamente a Modernização Administrativa, a Carta de Ruídos, a Carta Desportiva, O Plano de Defesa da Floresta e Proteção Civil, o Plano de Proteção de Riscos e outras situações que foram estudadas e tratadas em conjunto.

O que está em causa é que existe uma Proposta de Lei, aprovada na generalidade, que deve ser modificada, antes de ser aprovada na especialidade; eu dei a minha opinião nas reuniões havidas e a ANMP deve fazer a sua defesa.

O Senhor deputado Manuel Cunha defendeu a Regionalização. É evidente que no campo do ideal seria a melhor opção, mas a realidade é o que conta e neste momento o que está sobre a mesa é isto. Pode ser um pau de dois bicos? Pode. Pode adiar mais a regionalização ou pode potenciá-la em termos de sub-regiões. Na Europa, onde existem Regiões estas são NUT II e nós temos no nosso País cinco – Norte, Centro, Lisboa e vale do Tejo, Alentejo e Algarve. As NUT III são sub-regiões em toda a Europa. Em Portugal, na prática, se transformássemos estas unidades, podíamos ter, efetivamente, cinco Regiões com as sub-regiões respetivas. Temos de evoluir nesse sentido. No fundo o que está em causa é territorializar as políticas; ter uma unidade territorial homogénea, com identidade específica como é o caso do Alto Tâmega, e dotá-la de resposta nas políticas públicas, de saúde, da justiça, da educação e outras. Essa é a perspetiva e temos de lutar por ela.

Em Chaves já existe uma Comarca que se pretende manter e dotar de capacidade para responder aos cidadãos desta Região; existe um Hospital que pretendemos transformar na Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e a nível de Educação sou totalmente a favor da Educação na esfera pública do Estado e o territorializá-las não é contra isso.

A opção que hoje esta Assembleia Municipal tomará, nesta matéria, pode parecer relativamente circunstancial, mas não o é e pode marcar o futuro da Região do Alto Tâmega e, conseqüentemente, o futuro de Chaves nesta matéria.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 93 votos a favor, zero abstenções e 4 votos contra (3 da CDU e 1 do PS). Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O **SENHOR DEPUTADO FRANCISCO CHAVES DE MELO** do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “votei contra esta Proposta no sentido de não sufragar as tendências que tem a Administração Central, nomeadamente o Senhor Ministro



Miguel Relvas, de controlar o poder autárquico municipal. Esta é uma Proposta que vem de cima para baixo que ninguém a pediu e, como tal, nunca me verão a alinhar em tentativas do Poder Central a subjugar os municípios”.

A **SENHORA DEPUTADA PAULA BARROS** do PS apresentou a seguinte declaração de voto:” maioritariamente o Grupo Municipal do Partido Socialista deu o benefício da dúvida em relação a esta Proposta, porque como disse na minha intervenção inicial, dizemos sim à Unidade Territorial do Alto Tâmega; dizemos sim a tudo o que isso possa acrescentar em termos de desenvolvimento de políticas mais consentâneas com as necessidades reais desta Região; sim no que respeita ao que possa contribuir para uma centralidade de Chaves e o que possamos vir a conceder pela nossa localização estratégica no que respeita ao desenvolvimento de toda esta Região; sim no que possa importar na coesão territorial, na coesão social e no desenvolvimento, mas com a reserva que foi manifestada ao longo da intervenção, reserva essa a que o Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que também tinha reservas nesse sentido, e colocando os olhos no que venha a ser a discussão seguinte que vai ter este processo legislativo ao nível da AR. Nós não podemos pactuar com o que seja o afastamento dos eleitos em relação aos eleitores; não podemos pactuar com uma situação em que sejam elementos designados pelo poder central a tomar decisões da competência dos Órgãos executivos autárquicos. Com todas estas reservas, consideramos, contudo, a mais-valia que esta Região pode acrescentar, ainda com a salvaguarda de termos em atenção a forma como todos os serviços, toda a estrutura organizativa está assente neste momento no terreno, e que possa ter um efeito tão rápido quanto possível, numa reorganização de todos estes serviços para que sirvam efetivamente e de forma mais próxima, os cidadãos do Alto Tâmega, respondendo às suas necessidades específicas, sendo o motor de garante de equidade.

Esse é o nosso desejo, é este o benefício da dúvida que demos, mas queremos que estas reservas fiquem aqui claramente registadas”.

O **SENHOR DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU apresentou a seguinte declaração de voto:” a CDU votou contra porque estranha que uma medida que é tão essencial para o futuro do Município e da Região seja encaixada numa ordem de trabalhos com 17 pontos; seja imposta de cima para baixo, mais uma vez no tempo que o Governo e o Senhor Ministro Miguel Relvas entendem, afastando-nos do caminho da regionalização e possa ser uma machadada na democraticidade do poder autárquico.

Recordar-se-á o tempo em que a aprovação deste modelo, em termos de País, da forma como está a ser conduzido, vai ser mais uma machadada no poder local democrático. A CDU reafirma também que, tal como tem acontecido ao longo dos últimos anos, em que não havia nenhuma Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, é desejável e é louvável a articulação dos Municípios e das populações do Alto Tâmega, procurando políticas comuns, consertando estratégias que, como nos apercebemos, nunca deixou de existir todo esse mecanismo de cooperação e de solidariedade entre estes municípios, o que é desejável. Em nome disso não aceitamos este processo que um dia mais tarde pode ser afetado por ter tido tão pouca discussão e desenvolvimento.”.



PONTO 5. REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012/ORÇAMENTO RETIFICATIVO. INFORMAÇÃO Nº. 24/DGF/2012.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que com esta segunda revisão dos instrumentos de gestão aprovados para 2012, se verifica a necessidade de proceder à anulação no Orçamento, da receita de capital do montante de 1.493.874,58€ na rubrica 10010201 (IBERDROLA), por não ter registado qualquer movimento; esse valor vai para reforço das receitas correntes totais, tendo em vista o princípio do equilíbrio corrente, no montante correspondente à anulação.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 93 votos a favor, 4 abstenções (3 da CDU e 1 do PS) e zero votos contra. *Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

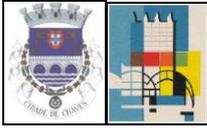
PONTO 6. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. PROPOSTA Nº.124/GAPV/12.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que este Orçamento poderá alterar substancialmente, no que respeita à sua execução, já no próximo mês. Isto porque decresce substancialmente relativamente ao do ano anterior, em virtude dos ajustes de cerca de quatro milhões de euros que foram pagos. O valor das faturas em atraso, a 31 de Dezembro de 2011, era de onze milhões tendo passado para sete milhões neste momento, que é o valor que será pago pelo PAEL.

Não foi possível ter em conta uma diminuição maior prevista, em relação aos pagamentos já efetuados em função do PAEL e por isso o Orçamento contempla dotações acima do que serão os gastos reais em 2013, dado que ao receber o PAEL não haverá necessidade de fazer uma Revisão Orçamental para integrar esse valor que deveria ter entrado até ao final deste ano. Mas isso não aconteceu conforme já expliquei, pela alteração do montante oportunamente aqui aprovado, de 8,6 para 7,8 milhões de euros que é, efetivamente, o valor que iremos receber.

Este é um Orçamento elaborado de acordo com a realidade existente nesta altura. Um Orçamento tem opções políticas no seu Plano e não é mais do que a quantificação dessas opções. As receitas do Estado, com bem sabem, têm vindo a diminuir substancialmente desde 2009, com exceção de 2011 para 2012, que não alteraram. As receitas próprias também não aumentaram. O Município tem mantido a média dos trinta milhões de euros de receitas e despesas anuais.

Este Orçamento assenta em três objetivos fundamentais: 1- consolidar financeiramente a Autarquia pagando todas as dívidas com mais de 90 dias conforme determina a lei vigente, ficando apenas a dívida de longo prazo, que no final de 2013, como podem verificar nos documentos, terá menos três milhões de euros. Neste momento a dívida está em catorze milhões, será acrescida com o PAEL e com o passivo do MARC; mas o certo é que todos os executivos que vem fazendo a gestão do Município recebem dívidas e deixam dívidas; nestes últimos 11 anos a Câmara Municipal foi pagando dívidas à banca que vinham dos executivos anteriores, algumas com prazos a quinze e vinte anos, mais os juros respetivos à taxa negociada e atualizada.



2. - Garantir a continuação da prestação de serviços de qualidade, pela Autarquia aos cidadãos.

3.- Realizar as obras inscritas no PPI que já estão quase todas ou em concurso, ou adjudicadas, com exceção da continuidade da Via de Acesso Interna ao Centro da Cidade, cuja libertação de terrenos vem hoje a este Órgão para aprovação, com a dotação necessária para ir a concurso em 2013. Estas obras perfazem um total de cerca de vinte milhões de euros, inscritos neste Orçamento, nomeadamente a recuperação do Antigo Magistério, o Antigo Pavilhão da ADRAT – EXPOFLÁVIA, a Nova Via de Acesso ao Centro da Cidade, o Parque de Estacionamento no Centro Histórico (entre a Rua do Olival e a Rua de Santo António), as Termas Romanas, a Remodelação das Termas, a Fundação Nadir Afonso, o relvado do Campo de Treinos do Desportivo e as obras de Vidago já em concurso, no valor 6.025 milhões de euros, mais as obras do PRODER.

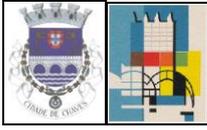
É um Orçamento de rigor, equilibrado em que as funções gerais, sociais e económicas estão na proporção das nossas prioridades, sendo que as funções sociais absorvem mais de metade da dotação orçamental. Preocupamo-nos em articular o que está em execução com a possibilidade de continuidade de algumas das intervenções relativamente aos Programas do Quadro Comunitário de Apoio, entre 2014 e 2020.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS - disse que relativamente aos documentos em análise, há que ressaltar que estamos em final de ciclo e talvez seja a altura para se falar da herança para sabermos, em termos globais, se o mandato foi positivo.

“A minha opinião, independentemente de ter havido paz social no Concelho, é que em termos de investimento para o desenvolvimento e a coesão das atividades e do seu rendimento, as questões não foram equacionadas da melhor forma. Vejo os investimentos que a Autarquia fez e os que estão em curso, com fraco retorno em termos financeiros, ou seja: quando se investe é sempre com a perspetiva de ao fim de alguns anos vir a recuperar o investimento feito, com algum retorno. Do conjunto de investimentos que verificamos esse retorno não está a acontecer. As receitas da autarquia investidas não estão a crescer; podem dizer que o IMI venha a crescer no próximo ano, por virtude da nova avaliação dos prédios urbanos, mas isso é investimento dos particulares. A Autarquia investiu em vias rodoviárias, na Biblioteca, no Programa Polis etc., mas daí para cá não tem vindo verbas que permitam os orçamentos e as receitas próprias crescer, antes pelo contrário. Em vez de retorno crescemos em despesas. Temos um Concelho que tem mais despesas com jardins, com infraestruturas públicas etc. É certo que há mais benefícios para os cidadãos, com Biblioteca, jardins, aquilo a que se chama criação de amenidades positivas; criaram uma envolvente muito boa para os cidadãos, que lhes permite usufruir de uma vida melhor, mais barata e sem gastarem dinheiro porque os bens públicos fornecem essas amenidades e permitem-lhe viver melhor. Mas entendemos que os cidadãos não estão a gostar das amenidades e alguns vão embora.

Temos um Orçamento para o próximo ano que tem uma despesa de quatro milhões de euros na Fundação Nadir Afonso. Já agora e sobre esta obra gostava de perguntar em nome de quem vai ficar o terreno e o edifício ocupados pela Fundação.



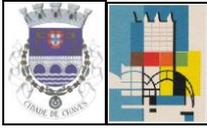
Vai ser criada a Escola da Águas em Vidago, com um investimento entre quatro e cinco milhões de euros, que em termos de futuro não sei que retorno vai ter. O Campo da Feira de Chaves cujo retorno está à vista; o Nó de acesso à zona industrial com quatrocentos mil euros afetados, que nunca mais se acaba de pagar, por ter sido deslocado; no próximo ano vai ser feito novo Parque de Estacionamento quando hoje na Rua do Olival e noutros locais, há sempre lugares vagos; vamos cobrir as termas romanas que também é um grande investimento. Estamos a fazer despesa que não vai gerar rendimento; vai gerar as necessidades de exploração, de manutenção, de água, de eletricidade, de aquecimento, de desumidificação, de porteiros, de agentes de explicação etc. Tudo isto cria emprego mas com custos para os residentes.

Gostava mais que a herança a deixar fosse de forma que a pudéssemos alterar no futuro. Por exemplo o Programa Polis que a Câmara anterior quando saiu deixou programado, era pequeno mas já tinha o embrião. Este Executivo ampliou-o e agora a próxima gestão não tem como o aumentar. A Biblioteca Municipal estava projetada e este Executivo executou-a mas não deixa projetos para futuro. A herança do anterior executivo foi executada e aumentada, mas agora é necessário deixar outra herança para quem vier a seguir possa executar e aumentar.

Os recursos que a Autarquia pode ter para desenvolver a cidade e a terra são as atividades nos setores primário, secundário e terciário. No primário, com a entrada na CEE e o envelhecimento dos agricultores, não há grandes produções, a Cooperativa Agrícola está numa situação difícil; temos um ou outro investimento de jovens na área do vinho, do leite etc., mas são exemplos excecionais.

Na área industrial temos as telheiras, uma fábrica de bolos embalados. Tudo muito residual. A área das cerâmicas têm hoje uma incorporação de um valor importante, em termos de recuperação de imóveis, e as nossas unidades apenas fazem telhas que é uma produção rápida e de menor valor com barros bons como os que nós cá temos. Não se faz louça, não se faz arte decorativa, acabamentos de edifícios, isolamento térmico. É um setor que necessita de uma injeção tecnológica de animação. Há outras áreas industriais; temos alguma metalomecânica incipiente, uma fábrica de fumeiro e pouco mais temos em transformação industrial. Mas a verdade é que nesta área nunca tivemos nada de muito significativo.

O Setor comercial é que me preocupa e me dói porque o comércio em Chaves foi sempre o elo central de afirmação desta cidade no geral do território. Hoje diz-se que os nossos comerciantes estão envelhecidos e as pessoas preferem ir comprar fora e isso é a maior perda e o maior desgosto para os flavienses. Chaves foi sempre uma cidade de comércio/comerciantes e esse elo tem de ser fomentado, não se pode deixar morrer porque isso é a morte, a termo, de uma cidade e a passagem desta cidade a vila. Era necessário que este Orçamento trouxesse inovação para apoio ao comércio; porque é que não se poupa 30% nas despesas com pessoal político na autarquia e esse valor não se aplica na redução do que é pago pelos comerciantes em taxas de reclames e do custo da água. Se esse dinheiro não chegar porque é que não se reduzem gastos correntes na Autarquia com telemóveis, com viaturas, com gasolina para ajudar os pequenos comerciantes? Temos de proteger o nosso comércio e Autarquia tem de dar um sinal claro de que quer os comerciantes atuantes.



O que se vê neste Orçamento é uma continuidade dos últimos doze anos com obras de betão feitas para aumentar a despesa pública, que a termo não é geradora de retorno para a Autarquia e mesmo que fosse, esse retorno não é aplicado na mobilização das atividades económicas e a mais numerosa e mais importante é o comércio e era esse que devia ser apoiado. Podem dizer que é o turismo e a hotelaria, mas estes não vivem sem as pessoas que vêm a Chaves. Seria o momento de mudar de políticas. Se a atual Câmara não o consegue fazer terá de ser outra a fazê-lo para que Chaves se afirme como uma cidade de comércio, uma cidade de negócios, que gera riqueza e impostos”.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que no passado mês de Setembro a Câmara Municipal reuniu em Vidago onde foram deliberadas situações muito importantes e que Vidago ambicionava.

“ Foi aberto concurso público, que está a decorrer, para essas obras que vêm inscritas no Plano mas convinha que recordássemos tudo o que se passou anteriormente. Estas obras não são mais do que uma promessa que foi assumida há dez anos e foram sendo incluídas em vários Planos Plurianuais. Ao lhe mudar o nome no PPI pode haver pessoas que pensam que serão obras novas, mas não são e convém que isto fique esclarecido. Tenho algumas reservas que vá por diante esta vontade política de realizar tais investimentos na Vila. Recordo que há aproximadamente dez anos, o Senhor Presidente assinou um protocolo/memorando de entendimento com a UNICER, onde esta entidade se propunha requalificar o Palace Hotel para um Hotel de cinco estrelas, construir um SPA, adaptar as velhas instalações fabris para o Clube de Golfe, ampliar o campo de golfe de nove para dezoito buracos, construir a Academia de Golfe, fazer a requalificação da velha garagem do Palace Hotel para a extensão de uma Delegação da Fundação de Serralves, a construção de bangalós para artistas e convidados, o desmantelamento da unidade fabril e a sua deslocalização para as Pedras Salgadas, bem como o transporte da água para lá. Todos estes compromissos assumidos pela UNICER foram efetivados, com exceção da Delegação da Fundação de Serralves e dos bangalós para artistas. Da parte do Senhor Presidente da Câmara foi assumido que requalificaria a zona envolvente do Parque constituída pelas avenidas Conde Caria, Teixeira de Sousa, António Viana e João de Oliveira.

Passou todo este tempo e nada foi feito. Este concurso público é aberto neste último ano de mandato e vamos ver a execução que vai ter, isto porque poderão surgir contratemplos que podem atrasar as obras. Espero que isso não aconteça e que as obras sejam definitivamente feitas. Estas são as obras que gostaria de ver feitas na minha terra para bem daquela gente que confiou no PSD e que espera que as promessas feitas sejam cumpridas.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que houve um Senhor deputado do Partido Socialista que na sua intervenção falou em final de ciclo e em jeito de balanço comentou duas breves notas extraídas da sua intervenção.

“O Senhor deputado referiu que no Concelho de Chaves há mais jardins, há mais escolas, há mais obra e por isso há mais despesa pública. Ainda bem que é o próprio Partido Socialista a reconhecer que essa despesa resulta do investimento que já está



feito, do que está ser feito e que está à vista de todos os flavienses e não é uma despesa de foguetórios nem em festas ou festarolas.

Não posso deixar de referir que quando o PSD chegou à Câmara Municipal o Património da Autarquia era de cerca de 63 milhões de euros e com o atual Executivo esse Património já ultrapassa os 220 milhões de euros

O Executivo Autárquico apresentou, na sessão de câmara, realizada no passado dia 17 do mês em curso, a Proposta relativa aos documentos previsionais para o ano de 2013.

Sobre esta matéria apenas partilhar com esta Assembleia umas breves notas mas que reputamos de fundamentais.

Este orçamento mantém e até reforça as suas prioridades estratégicas para 2013, por exemplo na: Educação, Formação e Investigação; Cultura, Desporto e Ação Social; nos serviços e na promoção da coesão do território Municipal; Na valorização Ambiental; No Turismo e Termalismo; No Comércio e no Desenvolvimento Rural; Na Cooperação e Internacionalização.

Neste orçamento identificam-se clara e inequivocamente: **3 OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2013:** 1 - Este orçamento permite que a CMC pague todas as dívidas de curto prazo (Apenas fica a dever à banca, com um plano estruturado de pagamento).

2 – **Este orçamento garante** que os serviços prestados aos Flavienses continuem a ser serviços de qualidade.

3 - Pagando as dívidas, garantindo a qualidade dos serviços prestados, **este orçamento mantém** o investimento e a execução de obra.

Este é sem dúvida um orçamento equilibrado como se verifica no PPI.

O PPI, contempla todos os projetos/ações que o Município se propõe desenvolver, executar e em alguns casos, concluir no ano de 2013, domiciliados nas respetivas Funções.

O valor previsto totaliza **24.782.969,78€, ou seja, 59,07% do total do orçamento (56.878.550,50€)**.

Da análise da representatividade das diversas funções das GOP's no total do Orçamento importa referir que as:

Funções Gerais – 4,89% (2.780.377,19€)

Funções Sociais – 26,52% (15.082.029,75€)

Funções Económicas – 12,17% (6.920.562,84€)

Este é sem dúvida um orçamento pragmático como se verifica pela manutenção dos importantes ativos (exemplo: EHATB).

Este é um Orçamento de rigor, quer na previsão da arrecadação da receita, quer na previsão da Despesa. E é também um Orçamento estimulante em matéria de investimento, sobretudo em projetos cofinanciados por fundos comunitários.

É um Orçamento de previsões equilibradas e razoáveis.

É um Orçamento que contempla, em função da situação presente que o país atravessa, um investimento realista e exequível.

É também um Orçamento, bem como os demais documentos previsionais, credível transparente e rigoroso, como se comprovará na execução orçamental de 2013.

Convictos de que cumprimos um dever para com o Concelho e os Flavienses, votaremos favoravelmente os documentos previsionais para o ano de 2013, prosseguindo com uma renovada dinâmica de políticas de ação autárquica impulsionadora e reformista, que o PSD tem vindo a realizar em Chaves”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse não saber se o Partido Socialista se revê nalgumas das afirmações feitas pelo Senhor deputado Francisco



Melo e não percebeu se fez uma intervenção individual ou em nome da sua bancada, nomeadamente que a grande vocação de Chaves devia ser uma cidade de comércio.

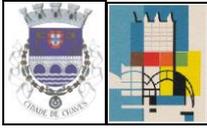
“ A CDU não se revê nesse objetivo principal. Nós achamos que o Município de Chaves e os Municípios do Alto Tâmega não podem abdicar da dinamização do setor primário. Acho que esta crise abre algumas janelas para recentrar na produção agrícola e nos produtos tradicionais. Entendo que é muito bom que tenhamos certificado o “Pastel de Chaves”. É pena que esta indústria tenha demorado tanto tempo e não tenha acontecido quando havia outra disponibilidade de meios para criar uma estrutura forte. É pena que a certificação do presunto de Chaves não tenha podido ser feita; é pena que a questão do folar ainda esteja em cima da mesa. Os autarcas que nos governaram nos últimos anos poderiam ter-se concentrado em alguns destes aspetos que me parecem importantes e que estruturam o futuro.

Devem ficar clarificadas as funções e a condição da Fundação Nadir Afonso e podemos refletir sobre se esta crise que atravessamos, de alguma maneira condiciona ou faz prever ajustes no projeto da Fundação. Este devia ser um projeto da cidade, do Município, do Alto Tâmega e até do País. Demos orgulhar-nos que o Mestre Nadir Afonso seja natural de Chaves e é bom que aproveitemos esse facto. Se o modelo é exatamente este ou não, se há dúvidas esclareçam-se, esclareça-se a posse dos terrenos para que não fique nenhuma suspeita de que possa haver uma grande negociata ou um mau envolvimento da Autarquia. Também era bom que o Partido Socialista dissesse de uma forma clara e transparente se se revê e se está de acordo com os princípios essenciais do projeto da Fundação.

Sabemos que o Senhor Presidente da Câmara é um político hábil e isso é uma questão que me parece consensual nesta Assembleia e não estou a dizer isto no mau sentido. Também é verdade que os projetos tão depressa aparecem como desaparecem. Fui eu que fiz a intervenção sobre o Parque Desportivo e da Cidade Desportiva referindo o delírio que isso era e que, afinal, ficou sem efeito. Sempre dissemos e continuamos a dizer que é de maior necessidade a requalificação das Piscinas Municipais. Em 2001 o Senhor Presidente da Câmara apresentou umas piscinas olímpicas, situação que considerei completamente desligada da realidade; o problema é que em nome dessas piscinas olímpicas, passaram onze anos e não se requalificaram as piscinas do Tabulado que, no seu tempo, foram um avanço para a cidade e para o desporto escolar, mas que atualmente estão muito aquém das necessidades. Será que com esta crise as necessidades do estacionamento em Chaves, para os próximos anos, são as mesmas que se perspectivavam há dez anos atrás? Será que a questão do estacionamento do Parque Automóvel continua a ser uma prioridade? O certo é que quando foi necessário a Autarquia falhou ao não conseguir encontrar as soluções e agora podem vir fora do tempo.

Deveríamos refletir sobre estas coisas que são importantes; este edifício onde agora estamos é um edifício que represente um valor acrescentado para a cidade e isso é muito positivo. É consensual que Chaves e o Alto Tâmega enriqueceram com o edifício, com a estrutura e com o projeto funcional e a CDU não tem quaisquer problemas em reconhecer isso. É este tipo de discurso que nós não estamos habituados a fazer e é sobre isso que devíamos refletir. Não é pecado que as coisas não saiam bem, o que tem de haver é alguma humildade em reconhecer isso. É o acumular de projetos de pequena dimensão que faz uma autarquia eficaz. Até pode ser que atualmente haja condições para relançar esses projetos mas tem de haver coragem dos autarcas para os lançar.

Antigamente as autarquias decidiam sobre as situações estruturantes como a água, o saneamento, a eletricidade e hoje já não têm essa liberdade porque o Governo pode decidir delegar, obrigatoriamente, nas comunidades intermunicipais funções que estas não queiram assumir.



Em 2012 perguntei ao senhor Presidente da Câmara se ele tinha um Plano B relativamente ao Orçamento. Hoje pergunto-lhe se tem um Plano C para 2013 porque pode haver muitos ajustes a fazer. Se queremos fazer alguma coisa pelo desporto, a primeira coisa a fazer é requalificar as Piscinas do Tabulado, que já no tempo da Câmara do Partido Socialista precisavam de ter sido requalificadas”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às intervenções dos Senhores deputados. O *Senhor deputado Francisco Melo* no ponto referente à criação da CIM disse que era um projeto que vinha de cima para baixo o que não é verdade. Há muitos anos que o Alto Tâmega vem pedindo a capacitação institucional a este nível. Neste caso cruza-se a Proposta de Lei com a vontade das populações e dos autarcas do Alto Tâmega.

O Senhor deputado veio aqui dizer que o bem-estar das pessoas era uma questão que não interessava muito, mas sim o retorno económico daquilo que se investe. Isto é uma contradição absoluta e ideologicamente não o consigo entender. Ou o Senhor deputado está pelas pessoas e por tudo que é o seu bem-estar, ou está apenas pelo retorno económico porque as duas coisas ao mesmo tempo não são fáceis de conciliar. Este Executivo sempre optou pelo desenvolvimento, em função das pessoas, colocando em segundo lugar a parte económico-financeira e o que se verifica no final destes anos, é que tem o desenvolvimento e o bem-estar para as pessoas e tem a Autarquia em condições económico-financeiras equilibradas. Isto é uma parte da herança, da reflexão que faremos em seguida.

Sobre a Fundação Nadir Afonso já noutras ocasiões, respondi a questões colocadas pelo Senhor deputado. A Câmara Municipal é a proprietária dos terrenos que já registou em seu nome e também do edifício. A única coisa que pertence à família Nadir Afonso é a gestão do espaço. Nada mais. Esta é mais um valor a acrescentar ao património da Autarquia.

Suponho que a questão sobre a Fundação está suficientemente esclarecida. O documento assinado com o Executivo diz que o Mestre disponibilizará 150 quadros da sua autoria e proporcionará exposições com artistas estrangeiros; Nadir Afonso é hoje um dos pintores mais conceituados no âmbito nacional e internacional e aporta um nome extraordinário à cidade de Chaves. Provavelmente esta será a última obra que Sisa Vieira vai acompanhar como arquiteto e sendo também uma figura conhecida a nível mundial, a junção destas duas figuras contemporâneas tão conhecidas, será certamente, um atrativo muito importante para a nossa cidade.

Senhor deputado António Almeida não é só o registo do património que é importante. É muito mais aquilo que se faz. Naquele espaço a Autarquia tinha um valor zero e agora tem um valor de quase dez milhões de euros. É assim que se cria o património, comprando, executando e concluindo obra, porque registá-lo é o mais fácil.

O Senhor deputado referiu a Escola de águas de Vidago. A Autarquia quer construir lá um Balneário porque Vidago nasceu como Vila termal e neste momento não tem um Balneário público. O Senhor deputado pode chamar-lhe Escola de Águas, mas o que a Câmara vai ali construir é um Balneário de Investigação e Práticas Termais.

Para dinamizar a atividade cultural em Chaves, ao nível do que pode fazer a Fundação Nadir Afonso, da autoria de Sisa Vieira e a atividade económica em



Vidago, com a construção ao Balneário, que alternativa é que o Senhor deputado Francisco Melo sugere?

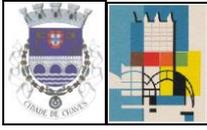
Na questão das Cooperativas se houve até hoje, um Executivo que as apoiou foi o atual; adquiriu o fruteiro à Cooperativa Agrícola e adquiriu o terreno e antigas instalações da Cooperativa da Batata, onde hoje funciona o Centro Escolar, o que as potenciou do ponto de vista económico, senão tinham desaparecido. A Autarquia não pode fazer o trabalho que compete às Cooperativas. É como a questão das Telheiras. Segundo a teoria do Senhor deputado a Autarquia teria de se fazer sócia destas unidades fabris e investir lá dinheiro. O que é que a Câmara pode fazer nesse sentido? Tudo o que Senhor deputado veio dizer na sua intervenção não tem fundamento. De seguida referiu o comércio e diz que ninguém fez nada pelo comércio. Esta Câmara através do Projeto URBCOM fez aquilo que lhe compete que é dotar a parte pública das zonas de comércio de infraestruturas e condições adequadas para esse fim. Isso foi feito com a requalificação do Centro Histórico, mas compete aos privados fazer o seu trabalho e lutar pelos seus objetivos. Quando o Senhor deputado diz que Chaves perdeu atratividade informo-o que em 2011 tivemos 108 mil dormidas registadas, mais 20% do que em 2008, o que prova que as pessoas vêm em maior número cá. Queria dizer-lhe ainda que deve entender-se com o Senhor deputado António Almeida; isto porque o Senhor é contra a Fundação Nadir Afonso em Chaves e o Senhor Almeida quer a Fundação de Serralves em Vidago.

O Senhor deputado António Almeida na sua intervenção referiu-se essencialmente ao passado e vem por em dúvida, que as obras que estão em concurso em Vidago sejam feitas, confundindo projetos com obras e com execução, porque o que estava efetivamente em concurso na altura que referiu eram os projetos. Sem projetos não há obras e quando o valor das obras é elevado os projetos têm de ir a concurso e o processo é muito demorado. As coisas devem ser vistas em qualquer altura, de acordo com a realidade e a resposta à realidade. É essa a pragmática na política. Não é ser conservador, defendendo sempre a mesma coisa, independentemente da realidade e das circunstâncias em que vivemos. A resposta política não pode ser feita em função de parâmetros traçados que não podem ser mudados. A resposta política clara e pragmática é responder em cada situação àquilo que nos é exigido, com lógica, com coerência e é isso que este Executivo tem feito.

Concordo com o *Senhor deputado Manuel Cunha* que as atuais piscinas do Tabulado têm de ser objeto de obras de requalificação.

Sobre os Parques de Estacionamento os Senhores deputados Francisco Melo e Manuel Cunha esqueceram-se de mencionar também os Parques de Estacionamentos que executamos na Av. do Cemitério, em frente à PSP, em frente ao Forte de S. Francisco, os da Raposeira, para além da disponibilização de vários lugares noutras artérias da cidade.

Conforme já disse por diversas vezes nesta Assembleia o PAEL tem dois Programas. O Programa I é para os Municípios em rotura financeira e o Programa II é para os que estão na mesma situação que o nosso. Falou também em projetos de pequena dimensão que em alguns casos podem ser úteis e realizáveis, mas nenhum deles consegue dar a mesma resposta que podem dar os de grande dimensão.



Sobre a questão da reflexão, em termos de herança referida pelo Senhor deputado Francisco Melo, vamos começar pela questão ideológica de atender ao bem-estar das pessoas. As pessoas foram sempre uma prioridade deste Executivo a começar pela educação; vejamos o que era a Educação há onze anos no Concelho, como funcionava, quais os estabelecimentos de ensino que existiam, como era o parque educacional nessa altura e vejamos o que é hoje. Não estou a referir-me apenas ao Centro Escolar mas em todos os outros investimentos que foram feitos nas várias escolas do Concelho. Investimos mais de quinhentos mil euros nessas escolas, mesmo em muitas das que entretanto foram desativadas onde hoje estão outros serviços instalados. Investimos em Jardins de Infância, investimos no Ensino Superior com a Construção do Edifício onde funciona a Escola de Enfermagem e o Pólo da UTAD. É mau investir na educação? Não. É aí que está o futuro.

E pergunto-lhes quem é que destruiu o Jardim das Freiras? Quando este Executivo tomou posse em 2002 havia lá um buraco que tinha anos; estava programado para ali um Parque de Estacionamento. O projeto de requalificação que ali foi implantado foi o que tinha sido aprovado em 1998 pelo executivo anterior. Na altura eu era Vereador da oposição e recordo-me perfeitamente do concurso de ideias que foi aberto para o local tendo aparecido oito projetos. Logo de seguida deram início às escavações no Jardim das Freiras.

Investimos na Cultura desde logo neste espaço do Centro Cultural onde hoje estamos; na Biblioteca Municipal em cujo projeto incluímos a requalificação do Jardim das Freiras; O Arquivo Municipal e outras. Se isto para o Partido Socialista não significa nada digam e apresentem alternativas.

No Desporto para além dos melhoramentos feitos nas infraestruturas existentes, nomeadamente a relva sintética no relvado do campo do Vidago e no Campo de Treinos do Chaves, investimos num grande número de Pavilhões Polivalentes nas Freguesias com vista a melhoria das condições de vidas das pessoas, construímos o Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Francisco Carneiro, não esquecendo os apoios que foram dados às várias Associações do Concelho. Efetivamente tudo isto é para refletir com seriedade em termos de herança que fica.

Nos apoios de carácter Social não existia a concessão de uma única bolsa para alunos do Ensino Superior e vejam as que temos hoje; não existia apoio às rendas de famílias carenciadas. Existiam Bairros Sociais mas o de Vidago já foi este Executivo que o construiu. Recuperámos muitas casas por essas aldeias fora pelo Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos e apoiamos a construção de um conjunto de Lares de Apoio à Terceira Idade e de Centros de Convívios existentes em muitas localidades do Concelho. O Programa Pares participou na construção dos Lares mas a parte não financiada foi paga pela Autarquia. Até esta data a Câmara Municipal apoiou num milhão, cento e cinquenta mil euros, as obras sociais construídas no Concelho de Chaves.

Na questão do Polis é necessário acrescentar ao programa as expropriação de terrenos, onde foram investidos quinze milhões de euros, dos quais cinco milhões foram pagos em expropriações.

Nas atividades económicas investimos nas Termas, no Parque Empresarial que por bem que o queiram negar a localização que escolhemos, com saída para a A24 é a



mais adequada; está em crescente atividade e trabalham lá cerca de 200 pessoas neste momento, embora o Senhor deputado Francisco Melo diga que isso não vale nada.

O Partido Socialista quando diz que a Câmara PSD não fez nada neste Concelho só está a ajudar-nos porque as pessoas não são cegas e confrontam-se com a realidade que é muito diferente. É como virem dizer que a dívida sobe. Não é verdade, pelo contrário, está a diminuir.

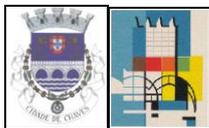
Para fazer as obras que fizemos ao longo dos últimos onze anos, o Município de Chaves investiu de receitas próprias exatamente 18.499.943,38€ em expropriações e aquisições de terrenos, porque o que se pediu à banca foi para a execução das obras e os respetivos pedidos de empréstimo vieram a esta Assembleia Municipal com a especificação das obras a que se destinavam. Em subsídios foram atribuídos ao longo destes onze anos, o valor de 18.266.000,00€, mais 12 milhões protocolados às Juntas de freguesia perfaz um total de 50 milhões de euros que saíram diretamente dos cofres do Município.

Ao final deste tempo, com toda a realização feita e tendo a situação financeira controlada como temos, é para nós um orgulho, sobretudo porque proporcionámos às pessoas muito maior qualidade de vida e é isso que vamos continuar a fazer com este Orçamento para 2013.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que estamos a tratar de documentos que são estruturantes para o futuro do Concelho.

“O Senhor Presidente sabe porque é que o PS não precisa de vir aqui afirmar que faz política para as pessoas porque lhe deixou uma herança que levou este Executivo à realização de obras que concorrem para a qualidade de vida das pessoas. É o caso do Programa Polis que foi uma obra bem feita, que foi herdada e efetivamente foi ampliada, o que saudamos. Agora pergunto-lhe qual é a herança que o Senhor deixa? Um Concelho endividado, hipotecado durante catorze anos por necessidade de recurso ao PAEL que por esta via foi possível salvar as ações da EHATB. Agora dizem que é um ativo mas na altura votaram favoravelmente à sua venda. Em termos de património pergunto qual é aquele que foi herdado e registado posteriormente. Qual é o valor em dívida do património que adquiriu e qual é a receita do património que vendeu a pronto para entrar nos cofres da Autarquia? Estes valores são os que o Senhor Presidente deve vir aqui dizer. Não é chegar aqui e dizer: herdamos um património de valor X e agora há um património de valor Y; do herdado quanto não foi registado depois?

É desejável que um Plano e um Orçamento assentem em opções sustentadas, numa clara definição de prioridades que possam harmonizar a qualidade de vida e o desenvolvimento económico. Sabemos que é difícil mas é o desejável. É um caminho no qual devemos apostar. Não é de esperar e muito menos de desejar que após doze anos de mandato de um executivo, que mantêm fieis dois protagonistas, o Plano e o Orçamento repitam a maioria das propostas de execução e mantenha uma fundamentação similar ao longo de doze anos. A verdade é que este executivo herdou projetos, herdou papéis, mas foi à luz desses papéis que se desenvolveram os investimentos que hoje temos feitos no terreno; muitos por rentabilizar, nomeadamente: Setor Primário – MARC – seria ou não importante para



estimular/desenvolver, concorrer para o bom escoamento dos produtos; e a Plataforma Logística? Afinal o que vemos em relação a estas duas infraestruturas importantes? Estão basicamente ao abandono.

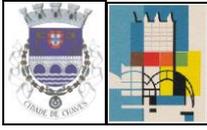
Após doze anos, as grandes apostas que foram “vendidas” aos cidadãos, estão por cumprir e não digo isto com satisfação, mas sim com preocupação. Nós não estivemos sempre em crise; até chegar a crise tiveram anos para executar aquilo que propunham e, recorrentemente apresentou as mesmas coisas e recorrentemente as deixou por fazer. No entanto aumentou a dívida ao ponto de ter de recorrer a um Programa de Apoio.

Nós não pomos em causa a vossa boa vontade, mas não conseguiram e isso não é vergonha. Têm é de assumir. Também devem ter a noção de que quem exerce funções com a responsabilidade da gestão de uma Autarquia, tem de ter sempre presente quais são as repercussões no futuro, das opções que faz em termos de gestão da coisa pública.

Relativamente às obras em concurso para Vidago temos legitimidade para estar cétricos mas isso não obsta a que se deseje que elas aconteçam. Foram aqui citadas declarações do anterior Presidente da Junta Senhor Eduardo Brás e do atual, Senhor Rui Branco, todas no sentido de apelar a que fossem cumpridas estas obrigações perante aquela Vila.

O senhor Presidente acha que confere atratividade à nossa cidade descaracterizando-a? Temos zonas da nossa cidade que estão descaracterizadas. Acarinar o setor secundário é importante até em nome da identidade da cidade, mas isso não significa abandonar os outros. Foram herdadas infraestruturas importantíssimos para estimular, incentivar e desenvolver quer o setor primário, quer o setor terciário e porque é que esse desenvolvimento não aconteceu? Diz que aposta nas pessoas, nas freguesias descaracterizando, tendo dívidas por pagar a fornecedores, a empresas locais, freguesias com protocolos em atraso, que parece que estão agora a ser pagos. Não lhe fica bem vir atribuir responsabilidades daquilo que não fez tão bem quanto seria desejável, a outros. É o caso do Jardim das Freiras. O Senhor Presidente diz que esta Câmara herdou as Freiras mas que não herdou o Polis. O Polis foi esta Autarquia que até lhe acrescentou, tornando aquela zona mais atrativa é verdade, uma zona que concorre para a qualidade de vida das pessoas, esse não herdou. Já nas Freiras até pode ter herdado um buraco, mas a cobertura que ali foi colocada é da responsabilidade deste Executivo. Herdaram um projeto e podiam tê-lo alterado como fizeram com outros.

Os documentos referentes ao Plano e Orçamento apresentados revelam falta de rigor e planeamento o que os torna instrumentos de política artificial e mediática, não sendo o suporte de desenvolvimento que o Concelho merece e espera. Grande parte das receitas é emolpada, do que se deduz igual ou superior percentagem de obras não concretizadas. A dotação orçamental para obras verdadeiramente estruturantes é insignificante. Predomina o espírito quantitativo quando se tornam cada vez mais urgentes as opções qualitativas. Verifica-se na generalidade, que estas Opções e Orçamento para o ano de 2013 são tão enganosas como as dos anos anteriores; são irrealista nos objetivos, inconsistentes nos dados e incoerentes nos propósitos. Mais



grave ainda é que não são fator de correção de desequilíbrios existentes no Concelho, em termos de investimento.

Vamos votar contra as Opções do Plano e Orçamento por coerência e em consciência. Para bem da democracia existe uma linha de fronteira que separa e define as forças políticas que exercem alternância de poder e por muito que isso custe ao projeto e práticas hegemónicas, é imprescindível a clarificação e assunção de responsabilidades políticas, por parte de quem está no poder e de quem está na oposição. Nós assumimos as nossas responsabilidades e quando os munícipes assim o entenderem temos para lhes oferecer uma nova, mais consistente e estruturada política global para o nosso Concelho, uma gestão mais moderna, coerente e eficaz e opções e orçamento diferentes”.

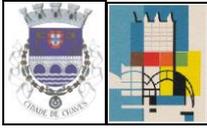
ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – referiu-se à Fundação Nadir Afonso e disse:

“Hoje sei que o património da Fundação Nadir Afonso é do Município. E um património na ordem dos nove milhões de euros e caso a Administração não tenha condições de suportar as despesas de manutenção e funcionamento, o que vai acontecer a tão vultuoso património? Qual o papel da Autarquia numa situação destas?”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões anteriormente colocadas:

Devemos ser práticos diretos e objetivos e a *Senhora deputada Paula Barros* não precisava de vir aqui com essa teatralidade toda dizer que não tinha intenção de intervir quando afinal veio ler um documento que trazia preparado; veio aqui, fez as suas perguntas, deu a sua opinião e eu vou procurar responder.

Na questão da dívida devo dizer-lhe o seguinte: do Executivo Socialista, anterior a nós, herdamos uma dívida à banca de 12.080.288,64€; pagámos dessa dívida 8.344.948,18€ (muito superior ao PAEL agora pedido); a Autarquia deve ainda dessa dívida da gestão socialista 3.735.340,46€. Desde que o PSD é Executivo na gestão da Autarquia fizemos pedidos de empréstimo no valor de 16.872.678,01€, dos quais já pagámos 5.883.361,83€ e devemos 10.989.318,18€. Isto tudo somado dá os 14.228.310,00€, que é a dívida de longo prazo que temos atualmente. Significa que pagámos de dívida à banca 8.344.948,18€ referentes aos pedidos de empréstimos da Câmara Socialista e 5.883.361,83€ de empréstimos pedidos por nós Câmara PSD. Também pagámos a dívida que vinha do anterior executivo o que é normal e certamente, no futuro, outro executivo pagará dívidas que passam para a próxima gestão. Mas a Senhora deputada não desmente os números e a verdade é que o valor que a Câmara concedeu em subsídios foi de 18.266.000,00€, o valor das aquisições que fizemos em património/expropriações foi de 18.499.943,38€. Para além das obras feitas diretamente pela Autarquia nas freguesias, (saneamento, arruamentos etc.) atribuiu-lhes em protocolos 12 milhões de euros, dos quais devemos menos de um milhão, que estamos a pagar; é verdade que a Câmara também alienou património no valor de 2.100.000,00€ mas o valor investido pela Autarquia diretamente dos seus cofres, em obras que não tiveram financiamento, foi de 50 milhões de euros. Em obras adjudicadas diretamente pela Câmara Municipal, até ao momento, foram 103 milhões de euros.



Olhando para os Quadros Comunitários de Apoio, por exemplo o terceiro QCA, em 26 milhões de euros de obras tivemos o apoio de 17 milhões; os restantes 9 milhões saíram dos cofres da Autarquia e é nestas situações que está aplicado o valor dos empréstimos.

Quanto à questão do Património também aqui temos de contar com as amortizações/depreciações que sofre de ano para ano. Para que o Património que em 2002 era de 63 milhões de euros, hoje seja de 220 milhões, com as depreciações verificadas, vejam quanto mais a Autarquia não teve de adquirir/recuperar/construir. Um exemplo concreto é o deste edifício onde hoje estamos reunidos em que a aquisição dos terrenos está a ser paga por este Executivo e construímos o edifício que custou 4.900.000,00€, e hoje, provavelmente, já tem um valor menor. É um património que não existia, assim como a Biblioteca, o Arquivo, o Parque Empresarial e muito outro que foi construído e não é só registado. Mas existe. Tudo isto é indesmentível.

A Senhora Deputada disse também que o Polis foi uma herança da gestão socialista. A verdade é que herdamos da Câmara Municipal anterior um conjunto de boas intenções que foram por nós negociadas, transformadas em projetos e só depois é que foram executadas as obras. Onde esta Autarquia mais despendeu em expropriações foi exatamente no espaço hoje ocupado pelo Polis, em que pagamos um total de cerca de 5 milhões de euros. Provavelmente o conjunto de boas intenções que herdámos, não nos obrigaria a pagar um valor tão alto, porque o espaço então programado para o Polis era um terço do que foi executado.

Da Biblioteca Municipal herdámos o projeto mas fomos nós que fizemos a obra. Neste momento temos o projeto do Pavilhão Multiusos mas a verdade é que ainda não temos a obra porque não a fizemos; temos o projeto das piscinas municipais mas não temos a obra. Essa é a diferença. Um projeto não significa que venha a ser uma obra enquanto não for executado no terreno.

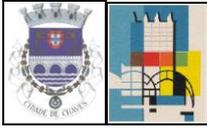
A Senhora deputada falou na Plataforma Logística como se a tivéssemos herdado da gestão anterior o que não é verdade. Esta infraestrutura é uma candidatura ao INTERREG apresentada pelo Executivo atual, quase 2 anos após ter tomado posse e foi realizada para ser inaugurada em 2006; fazia parte do Programa “Portugal Logístico” que infelizmente não teve continuidade; terminou ainda na vigência do Governo do Senhor Eng.º José Sócrates.

Quanto ao MARC a sociedade vinha, efetivamente, do último ano da gestão anterior à nossa mas vamos falar nessa questão adiante no ponto próprio.

O Setor secundário é aquele em que a Câmara criou melhores condições para que possa desenvolver-se porque é isso que nos compete.

Na questão do PAEL foi efetivamente necessário candidatar-nos mas antes disso a Direção Geral das Autarquias Locais recebe, mensalmente, o reporte de todas as nossas dívidas, e o Tribunal de Contas tem de se pronunciar; esta Autarquia tem direito ao PAEL nas condições que nos foi aprovado porque temos capacidade de endividamento, senão não tínhamos acesso. Dos 308 Municípios do País, 173 pediram esse apoio, quase os mesmos que perderam população e que são 192.

A EHATB era um ativo que a Autarquia teve intenção de alienar para pagar as dívidas e o valor desse ativo é sensivelmente igual ao do PAEL. Porque temos a



possibilidade de recorrer ao PAEL, garantimos a continuidade dos ativos o que prova uma boa gestão. Não sei se sabe que a EHATB tem prazos para terminar determinados projetos e o de Bragadas, que é o mais rentável, vai terminar, em termos de contrato de concessão, primeiro do que o PAEL.

Não é fácil conciliar o desenvolvimento com o equilíbrio económico-financeiro mas nós conseguimos; fizemos obras e a Câmara tem possibilidades de pagar o que deve e vai fazê-lo. Mas eu coloco outra questão mais pertinente. Se a Câmara Municipal de Chaves, mesmo tendo aumentado a dívida, tendo usado os recursos que teve, não tivesse feito as obras que fez, até esta altura, fá-las-ia hoje? Essa é a grande questão e gostaríamos que me respondessem a ela porque, aí sim, teremos discussão política séria.

O **SENHOR DEPUTADO ANSELMO MARTINS** do PS lembrou o pedido de esclarecimento anteriormente feito, ao que o **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** passou a responder dizendo:

O Senhor deputado Anselmo Martins perguntou se a gestão da Fundação Nadir Afonso, não vier a ter os meios necessários, o que se espera não aconteça. A gestão deve, à partida, ter os meios necessários para gerir o empreendimento. Se assim não acontecer a Autarquia disponibilizará meios que façam a manutenção do edifício porque é património nosso. A Fundação Nadir Afonso quando iniciar funções passará a ser o centro da Programação Cultural.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – fez o seguinte pedido de esclarecimento:

“ O Senhor Presidente da Câmara disse que quando chegou à Câmara havia apenas um número de intenções e eu pergunto-lhe: eram apenas intenção as piscinas do Rebentão, a Biblioteca, o Parque Empresarial, o Polis? Não. A Câmara atual quando assumiu a gestão da Autarquia já encontrou compromissos de financiamento da Administração Central para estas obras. É bom que isso seja reconhecido aqui perante todos”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado citando a seguinte frase: “A verdade existe. Só se inventa a mentira”.

O que eu disse é verdade e o Senhor falou de novo em dois programas em que existiam apenas intenções. Se reparar bem eu nunca citei aqui as Piscinas do Rebentão, que o Senhor referiu, porque quando este Executivo tomou posse já se encontravam em execução. O Centro Cultural onde hoje estamos reunidos foi um concurso de conceção/construção em que concorreram três empresas e ganhou a Empresa José Moreira & Filhos Lda. Da gestão anterior herdámos o pavilhão onde funciona a Chaves Viva aqui ao lado.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 77 votos a favor, 11 votos contra e 9 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA NORMA DE CONTROLO INTERNO DO MUNICÍPIO/PROPOSTA DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO. INFORMAÇÃO Nº. 23/DGF/12.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o POCAL exige que, pela incorporação da Contabilidade Patrimonial e de Custos, a Norma de Controle Interno



seja alterada. O que hoje aqui apresentamos são os itens alterados porque quem a aprovará em definitivo é o Tribunal de Contas.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 8. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA. INFORMAÇÃO Nº. 18/SC/DGF/12.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que cabe a esta Assembleia Municipal aprovar e nomear o Revisor Oficial de Contas. Já aqui foi aprovado e homologado esta Entidade, com valores que rondavam anualmente cerca de dezasseis mil euros. Entretanto o mercado alargou e o Executivo, como estamos em final de contrato, propusemos à Empresa a descida de valor do contrato ou então seria aberto novo concurso, tendo esta descido para dez mil euros anual.

O que aqui vimos pedir é que esta Assembleia aprove e nomeie o Revisor Oficial de Contas pelo valor de dez mil euros/ano.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 9. APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES; - APROVAÇÃO DA ESTRUTURA NUCLEAR A IMPLEMENTAR, DEFININDO AS CORRESPONDENTES UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES; - DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS; - DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS; - DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES FUNCIONAIS LIDERADAS POR TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU OU INFERIOR; - BASE LEGAL - DECRETO – LEI Nº 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. PROPOSTA Nº. 121/GAPV/2012.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que com os documentos previsionais é aprovado o mapa de pessoal de Autarquia.

Como a lei obriga que até ao final do ano a estrutura do Município esteja de acordo com a legislação em vigor, eis a razão por que apresentamos esta Proposta. Há um ano atrás apresentámos uma estrutura orgânica a esta Assembleia Municipal e quando a lei foi publicada já tínhamos o trabalho feito. A nível nacional há uma redução de cargos dirigentes e nos Municípios esse lugares são definidos em função da população e outros dados.

No Município de Chaves poderíamos ter dois Diretores de Departamento – um porque temos mais de 40 mil habitantes e outro porque a nossa comparticipação nas receitas de Estado é superior a dez milhões de euros; Poderíamos ter três Chefes de Divisão até aos 10 mil habitantes e mais três, um por cada fração de dez mil a seguir, num total de seis; ganhámos um pelo número de dormidas registadas em 2011. Os Municípios que registarem mais de cem mil dormidas/ano têm direito a mais um cargo dirigente de segundo grau. No total temos direito a onze dirigentes; ficamos com um Diretor de Departamento, oito Chefes de Divisão e duas Unidades Flexíveis de terceiro grau. Esta é a estrutura que já temos e se vai manter em funcionamento.

Há aqui uma situação que fica pendente que diz respeito aos dois cargos de Unidades Flexíveis. A estrutura é hierarquizada, com o Departamento no topo,



segundo-se as Unidades Flexíveis de 2.º Grau (Divisões) e as Unidades Flexíveis de 3.º Grau (equivalentes a Divisões). A nova lei atribuía valores de vencimento diferentes aos cargos de direção de 3.º grau e nós entendemos manter os cargos de 3.º grau até ao fim da comissão de serviço para não terem quebra de vencimento, situação permitida por lei. Os antigos Chefes de Secção, agora Coordenadores Técnicos, são menos.

O Quadro de Pessoal está totalmente preenchido com 480 lugares, em que todos os trabalhadores têm contrato de funções públicas, a tempo indeterminado, tendo apenas duas avenças que é o Consultor Jurídico e o médico de Medicina no Trabalho.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 10. DISSOLUÇÃO DA EMPRESA “MARC. SA.”, POR FORÇA DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 62º, DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO; - INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA NOS SERVIÇOS MUNICIPAIS; - ARTIGO 65º, DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. PROPOSTA Nº. 122/GAPV/2012.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a dissolução do MARC SA cujo historial está bem claro na documento distribuído, mas há algumas situações que necessitam de explicação.

Por força da lei esta é uma das empresas que têm de ser dissolvidas até ao dia 28 de Fevereiro de 2013. Esta empresa não é controlada diretamente pela Autarquia porque, entretanto, as ações do MARC estavam em poder da FLAVIFOMENTO que, essa sim era controlada pela Autarquia. O que agora se está a fazer é despoletar o processo para que a FLAVIFOMENTO promova a dissolução do MARC nas condições que a lei prevê. Ao ser dissolvido, a Autarquia vai incorporar os seus direitos e as obrigações avaliadas em seis milhões de ativos e três milhões de passivos, ficando com um saldo de três milhões de euros, assumindo ainda as duas funcionárias que ali prestavam serviço. Esta situação já está prevista nos mapas do PAEL.

A Lei obriga que a empresa seja incorporada porque nos últimos três anos teve resultados negativos. Isso aconteceu porque as unidades que lá estão instaladas tiveram isenção de pagamento de rendas durante três anos, só começando agora a pagar, prevendo-se que no final de 2013 o valor das rendas cubra os custos da manutenção da taxa de juro negociada. O CIMAB - que na altura era maioritário - e a Câmara Municipal de Chaves, negociaram um investimento que só era financiado a 50%, recorrendo à banca para os restantes 50%.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. T. GONÇALVES do PS – disse que a génese ou embrião deste projeto foi uma herança da Câmara de gestão socialista.

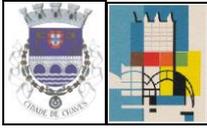
“Efetivamente esta sociedade foi constituída em 2002 mas a sua génese era do executivo anterior, constituída pelo CIMAB que posteriormente veio a ser um parceiro desta SA. Em 2002 o Mercado Abastecedor da Região de Chaves foi criado com estes objetivos: comércio de produtos alimentares e prossecução de outras atividades complementares ou subsidiárias, designadamente o desenvolvimento de atividades de logística e o apoio ao desenvolvimento agrícola regional.



O Senhor Presidente da Câmara diz que devemos ser fiéis à realidade e à história mas, provavelmente aquilo que é a parte da realidade deste Mercado Abastecedor, ainda a viremos a descobrir; a história será ainda cedo para a fazer. Aquela que é a perceção pública deste projeto é de que foi um grande fracasso. Em dez anos não cumpriu os objetivos. Mas essa pode ser apenas a perceção pública de um projeto que, certamente, na perceção do executivo é um grande sucesso. A nossa perspetiva e por isso concordamos com esta dissolução, é de que este projeto não alcançou os objetivos. Mais grave do que isto e o PS ao longo dos anos foi chamando a atenção para estas matérias, embora admitamos que esta foi a moda das Empresas Municipais à qual os executivos socialistas também aderiram e por isso ninguém está aqui livre ou imune de responsabilidades. O Partido Socialista de Chaves, sistematicamente, a propósito de MARC de PRO Centro, de FLAVIFOMENTO, de Associações e de outras empresas que por aí proliferaram, foi defendendo e continua a defender que há matérias e assuntos, que é nosso entendimento, que a Câmara jamais deveria ter delegado noutras figuras jurídicas, queiramos chamar-lhe o que quisermos. E este documento trás também à evidência mais uma inverdade do Senhor Presidente da Câmara que, sistematicamente, nos disse que em Chaves só havia uma Empresa Municipal – a das Termas. A justificação deste documento é esclarecedora de que esta sociedade anónima, bem como a Associação FLAVIFOMENTO, bem como outras no setor social e cultural que ainda estão ativas, com funções que deviam ser da responsabilidade da Câmara, assumidas diretamente pelo seu Executivo, são efetivamente setor empresarial local/municipal.

O PS entende que estas matérias deviam ter ficado na Câmara porque o Executivo e os seus funcionários têm capacidade para exercer e desenvolver estas atividades, sem necessidade de as transferir para Associações ou para Empresas Municipais. Mas há um outro patamar democrático e mais importante; é quando estas atividades económicas, culturais e sociais são diretamente exercidas pelos executivos, elas vêm nos orçamentos; os planos de atividades são do nosso conhecimento; as contas deviam ser anualmente debatidas e esclarecidas. O problema é quando se passa o setor cultural para Associações, o setor empresarial para sociedades anónimas, o setor social para a Chaves Sociais e outras figuras afins, deixamos de saber quais são os planos de atividades, deixamos de saber de quanto é o ativo e o passivo, porque escapam ao crivo democrático que é necessário exercer anualmente nesta Assembleia e que o fazemos relativamente ao Orçamento, mas que deixa de parte imensas funções essenciais ao desenvolvimento do Concelho; é o que tem acontecido neste dez anos com as sucessivas funções, essências às populações, que foram sendo delegadas em associações e empresas das quais não fomos tendo o controlo.

Face a esta circunstância, dez anos volvidos, era difícil sabermos o que é que o Mercado Abastecedor e o seu Conselho de Administração andaram a fazer, porque a perceção pública da sua atividade é fraca. Neste momento sabemos que o ativo é de seis milhões de euros, embora não saibamos que tipo de ativos são, e o passivo é de três milhões, embora também não saibamos há quantos anos este passivo se acumula, quem são os fornecedores ou os credores, se são entidades locais ou se são externas. Também tínhamos dúvidas relativamente à transição dos trabalhadores



porque a proposta era vaga, mas é do agrado do Partido Socialista que eles sejam integrados no quadro da Autarquia.

Entendemos que o setor empresarial local em Chaves ultrapassou, no entender do PS, os limites rasuráveis, nomeadamente porque deixamos de exercer aqui, democraticamente o controlo que durante dez anos devíamos ter exercido em diversas atividades”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu à Senhora deputada Brigitte, agradecendo a capacidade que reconheceu ao Executivo para gerir todas estas atividades.

Agora pergunto à Senhora deputada se em alguma ocasião pediu à Autarquia as contas do MARC. Não pediu. Então também não é correto vir aqui dizer que as desconhece. Esses documentos vão todos anos à reunião de Câmara e estão à disposição de quem os quiser consultar.

Eu já fui oposição quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara e sempre que precisei de consultar um documento pedia-o na Autarquia.

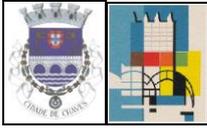
A Senhora deputada escreveu-me a pedir os documentos sobre a dívida da Câmara para poder analisar o Plano e Orçamento, porque os não tinha. Isso não é verdade. Em todas as sessões da Assembleia Municipal vem a situação financeira da Autarquia com a respetiva dívida. Nesta Assembleia vem reportada a 20 de Dezembro. Quando os Senhores Vereadores do PS na reunião de Câmara me fizeram perguntas, oralmente, sobre a dívida eu respondi também oralmente às perguntas que me foram colocadas.

Sobre o MARC o PS sabia que o assunto vinha a esta Assembleia Municipal e podia ter pedido as contas dos anos que entendesse. Ser-lhe-iam facultadas.

Mas o MARC SA não é uma empresa municipal, porque tudo o que faz parte do setor empresarial local não são empresas municipais. Esta sociedade foi criada como uma sociedade anónima em que o CIMAB tinha a maioria do capital. Por isso mantenho claramente que a Autarquia apenas tem uma Empresa Municipal-EM. As demais fazem parte do setor empresarial local mas não tem a classificação de empresas municipais.

Quando a Senhora deputada referiu os dez anos, isso inclui a criação da Sociedade porque o término das obras do MARC foi em 2006. O MARC foi criado para dar saída aos produtos locais, sobretudo na área agroalimentar, mas contactados todos os operadores existentes na zona, ninguém quis instalar-se lá. Por essa razão a Autarquia teve a preocupação de dar outra funcionalidade àquele espaço e hoje estão lá instaladas algumas empresas; tem uma com 80 trabalhadores, outra com 20 e tem uma empresa operadora de distribuição de bebidas.

Relativamente aos valores, cuja questão a Senhora deputada colocou, informo que o ativo não corrente é de 5.891.195,80€; o ativo corrente a clientes e acionistas e outras contas a receber, mais os depósitos bancários - reportado a 2011- dá um total de 6.055.565,13€. O passivo tem os capitais próprios com 600 mil ações, mais o capital realizado, mais os resultados transitados dos anos anteriores, que são negativos, dá um total de capital próprio de 2.441.120,71€ e um passivo, não corrente, de 3.293.499,37€. As contas relativamente a 2012 ainda não estão encerradas.



A Senhora deputada *Brigite* fez mais algumas perguntas ao Senhor Presidente, do seu lugar na bancada, a que este responde dizendo: Se alienássemos o MARC, pagávamos as dívidas e ficamos com três milhões, mas como não é nossa intenção fazê-lo, a Autarquia assumirá o ativo e o passivo, sendo que o ativo vai aumentar a nossa capacidade de endividamento e o passivo vai aumentar a nossa dívida. Hoje é impossível determinar o ativo e o passivo reportado ao final de 2012.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 94 votos a favor, 3 abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 11. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE “FLAVIAEDESORTO – PARQUE DESPORTIVO DE CHAVES, S. A. ”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a dissolução desta Sociedade parte da iniciativa da Câmara porque a lei não obriga à sua dissolução.

Entendemos que deve ser dissolvida porque ficou sem efeito a construção do Parque Urbano Desportivo. Quando foi criada, em parceria com mais três empresas, a intenção era que a Autarquia assumia o compromisso de adquirir os terrenos e as empresas irem à banca para executar as obras. Quando fomos informados de que o dinheiro que as empresas podiam ir buscar à banca, não podia ser superior à capacidade de endividamento da Autarquia, isso criou um impasse e chegou-se à conclusão que não sendo esta uma obra prioritária não seria de executar, tanto mais que os parceiros não cumpriram a sua parte. A Câmara Municipal adquiriu quatro hectares de terreno no valor de cerca de 800 mil euros, já registados no nosso património. Ficam ainda em carteira, para uma melhor oportunidade, os projetos de execução, para o local, num valor de cerca de 190 mil euros. O tempo avançou e entendemos fazer outro tipo de investimento, nomeadamente recuperar instalações desportivas já existentes.

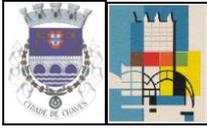
O que se pede a esta Assembleia Municipal é autorização para dissolver a Sociedade.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA DA CDU – Disse que o facto de a Autarquia ficar ali com 4 hectares de terreno, nesta fase, parece-lhe não ser um bom investimento.

“Ficam os projetos que não servem para nada porque nunca mais serão executados e custaram cerca de 190 mil euros. Refiro isto porque na altura que este assunto foi discutido neste Órgão, a CDU disse que tudo isto era um exagero e não foi aceite a nossa opinião”.

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. T. GONÇALVES do PS – disse que o Partido Socialista vai votar favoravelmente a dissolução desta parceria público-privada, constituída em 2009.

“Não obstante e em nome das políticas de verdade e de transparência, não pode deixar de lembrar as circunstâncias e a data em que este projeto foi apresentado. Foi em 2009, data do último ato eleitoral e nessa altura, o PS disse que entendia, face à situação económica desse tempo, que o projeto parecia megalómano e disse ainda que a política desportiva, que defendia para o Concelho, não enveredaria por aí. Mas, a ser exequível, aquele projeto enchia o olho a qualquer um e por isso o Partido Socialista votou-o favoravelmente, embora deixando as considerações que entendeu,



nomeadamente da grandeza e as das dificuldades previsíveis de a Autarquia encontrar parceiros para este projeto.

A Proposta em análise faz referência ao Plano de Liquidação, ao Relatório do Conselho de Administração e à forma como será liquidado este passivo de 194 mil euros, documentos um, dois e três, que nenhum dos membros da bancada do PS recebeu e que me parece, são anexos essenciais e esta Proposta”.

DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse que hoje se demonizam muito as parcerias público privadas.

“Quando aprovamos esta parceria entendemos que era positiva para o Concelho e eu até a defendi, pelo interesse que traria ao Município. Isto deve fazer-nos refletir um pouco e não esquecer que o que poderia ser bom no passado pode ser mau no presente e pode ser terrível no futuro. Quando fazemos a análise dos processos à posteriori, devemos contextualizá-las historicamente”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às intervenções anteriores e disse que não iria dizer mais, nem melhor, daquilo que disse o Senhor deputado Anselmo Martins, no que respeita à análise da situação.

Relativamente à intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha que referiu os cerca de 194 mil euros gastos nos projetos, disse que estes são calculados em função do investimento. Na altura entendemos que seria uma oportunidade para ficarmos com um excelente Parque Desportivo mas que não resultou pelos motivos já antes explicados. Ter os projetos por vezes é vantajoso porque, de um momento para o outro pode surgir um investidor que os realize.

Efetivamente adquirir terrenos hoje não é uma boa opção, nem isso é a nossa função; os terrenos foram adquiridos com aquele objetivo e hoje são património que tem o seu valor.

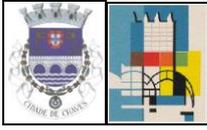
Estes projetos foram apresentados em 2009, mas a verdade é que foi de 2009 para cá que a conjuntura económica caiu e os parceiros investidores deixaram de ter capacidade de ir à banca para obter o respetivo financiamento. Daí entendermos que não devemos continuar com esta parceria porque não é benéfica para a Autarquia nem para os parceiros.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 95 votos a favor, 2 abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 12. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA “EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, S. A”. - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA Nº. 110/GAPV/2012.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - A EHATB, de acordo com a legislação relativa ao setor empresarial local em vigor, passou a ser qualificada de empresa local, de natureza Intermunicipal de promoção do desenvolvimento local e regional e, por esse facto é obrigada a proceder à alteração dos seus Estatutos, de forma a adaptá-los a esta nova realidade jurídica. Para o efeito junta os novos Estatutos com as alterações introduzidas.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 95 votos a favor, 2 abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 13. CONTRATO DE TRANSAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A EMPRESA ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S. A. PROPOSTA 98/GAPV/2012.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que esta Proposta vem a esta Assembleia Municipal porque tem implicações plurianuais dado que o contrato assinado com a Empresa Águas de Trás-os-Montes será pago no período de 5 anos, em 60 prestações de 141.238,13€, num total de 6.197.235,06€ de dívida. Esta situação está salvaguardada no PAEL e o que se solicita a este Órgão é que sancione esta despesa plurianual, para pagamento em definitivo, da dívida à Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

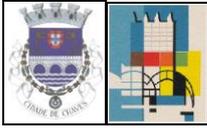
DEPUTADO JORGE PINTO DE BARROS DO PS – depois de cumprimentar os presentes disse que a pronúncia da sua bancada sobre este documento fica prejudicada porque não tiveram acesso à minuta do contrato de transação.

“A Proposta diz que vêm em anexo, mas não consta dos documentos distribuídos ao líder do Grupo Municipal, pelo que apenas nos podemos pronunciar no que se refere aos valores. Não sabemos se houve mais alguma concessão, da parte do Município em mais alguma matéria, nesse contrato. Se esse contrato de transação se refere apenas aos valores que aqui estão em causa, do mal, o menos, se há outras concessões não nos poderemos pronunciar.

Relativamente aos valores, a Empresa diz que é credora em cerca de doze milhões de euros; o Senhor Presidente da Câmara sempre referiu que o Município de Chaves não lhe devia mais de quatro milhões de euros. Por esta transação o Executivo está a assumir uma dívida de seis milhões de euros, havendo aqui um diferencial de dois milhões de euros que gostaríamos de ver explicado. No Plano aqui acordado de 60 prestações de 141 mil dará um total de oito milhões de euros. Não sei se esse diferendo se refere a juros, se está previsto nesse contrato de transação ao qual não tivemos acesso, ou se este é o número definitivamente acordado com a Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Se este acordo já poderia ter sido feito e se por ele o Município de Chaves para além do capital em dívida, vai pagar juros, não entendemos porque se demorou tanto tempo a resolver este conflito.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** - respondeu às questões que lhe foram colocadas pelo Senhor deputado Jorge Pinto de Barros.

Se o Senhor deputado se recorda, quando eu referi que eram quatro milhões de euros, foi numa altura em que saiu num jornal um valor incorreto e trouxe aqui um documento da Águas de Trás-os-Montes referente a Julho de 2010 que dizia que devíamos à Empresa seis milhões, apesar do Executivo só reconhecer quatro milhões. Isto porque no contrato de concessão está acordado o valor fixo de 48 cêntimos por m³ para água de consumo e tratamento de águas residuais e a Empresa foi subindo sucessivamente esse valor, até que em 2012 a água para consumo atingiu o valor de 69,24 cêntimos por m³ e o tratamento das águas residuais 75,99€ cêntimos. A diferença entre aquilo que a Empresa diz que a Autarquia lhe deve e a dívida por nós reconhecida, está nesta alteração dos valores contratualizados. Esse diferendo começou em Outubro de 2009 e ao longo desse



tempo continuámos a pagar o que havia sido acordado e o que está em causa é essa diferença.

É importante também saber que para além da cidade há muitas freguesias a quem a Câmara Municipal assume o fornecimento de água e não a cobra, apesar de algumas delas a cobrarem à sua população.

A determinada altura a Empresa concordou que não continuavam a cobrar os valores antes referidos (0,69,24€ para a água e 0,75,99€ para as águas residuais) e passava a cobrar os valores da perspetiva da fusão – 52 cêntimos para a água e 67 para o tratamento das águas residuais.

Para além disso estão em causa os valores referentes à passagem da rede, que inicialmente estava taxada a 4,00€ a pagar de uma só vez (A Empresa entre água e saneamento tem 65 km de condutas no nosso Concelho) e a partir de 2010 passámos a cobrar 1,00€ por metro linear.

A outra diferença está no tal milhão e duzentos mil euros, de consumos mínimos, que no ano de 2011 não tivémos em virtude de termos incluído na rede, água dos furos da Veiga. De tudo isso resulta que a dívida final da Câmara de Chaves às Águas de Trás-os-Montes era de 6.197.235,06€. No contrato de concessão que mandarei distribuir um exemplar, em tempo oportuno, estão todos esses valores e o quadro dos pagamentos a efetuar nos próximos cinco anos.

A diferença no valor que o Senhor deputado referiu existe porque agora a lei obriga a pagar juros vencidos e vincendos e a soma ronda os 900 mil euros que também estão mencionados no contrato.

O braço de ferro resultou em benefício para o Município porque a Empresa reivindicava doze milhões de euros e o Município vai pagar cerca de oito milhões”.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 87 votos a favor, 10 abstenções (2 da CDU e 8 do PS) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 14. DISPONIBILIZAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO INDISPENSÁVEIS À CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA VIÁRIA PRIMÁRIA DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE. – EIXO 2 – (ENTRE A ROTUNDA 6 E A ROTUNDA 4).

- EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA “RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO A24/HOSPITAL – LANÇO 3”, NAS FREGUESIAS DE SANTA MARIA MAIOR E SANTA CRUZ/TRINDADE, CONCELHO DE CHAVES.

- ADOÇÃO DE RESOLUÇÃO DE REQUERER A UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 10º DO C.E. PROPOSTA Nº. 123/GAPV/2012.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** a título de informação, para reflexão, deu conhecimento de um estudo elaborado pela ANMP que diz que uma família média portuguesa (3 pessoas) gasta por mês, uma média de 12,30€ em água e saneamento; 34,90€ em Internet e televisão por cabo; 35,37€ em gás natural; 47,73€ em energia elétrica e 53,26€ em telemóvel. Paga em telemóvel 4,33 vezes mais do que em água, que um bem de primeira necessidade.

No ponto em discussão o que está em causa é a disponibilização de terrenos para a continuidade da via de acesso, desde a Praça da Liberdade até à rotunda da Avenida



dos Defensores de Chaves (urbanização do Armindo Correia), antes da Capela de S. João. Como estão integrados num Plano de Pormenor deve ser a Assembleia Municipal a pronunciar-se sobre a libertação das parcelas necessárias.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 15. PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE. CONTRATO DE URBANIZAÇÃO. DESAFETAÇÃO DE CAMINHO PUBLICO. ATO DECLARATIVO. PROPOSTA N 126/GAPV/12.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o Município vai ceder à Empresa A. Santo, que possui vários terrenos naquela zona, onde perspectiva construir o Centro Comercial, um espaço de terreno proporcional ao que a Empresa já cedeu para caminho público. No fundo é uma permuta. Como também consta do Plano de Pormenor daquela zona tem de vir a este Órgão para sancionamento.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 95 votos a favor, 2 abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 16. ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M.M.,ANO ECONÓMICO DE 2012. PROPOSTA Nº. 120/2012.

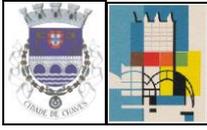
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, antes de entrar no ponto em discussão, procurou esclarecer a senhora deputada Paula Barros sobre a forma como funciona a questão das expropriações. Depois de a Assembleia Municipal se pronunciar sobre a expropriação das parcelas há uma avaliação inicial, feita por técnicos da Autarquia, que fixam um valor e os proprietários concordam ou não. Quando não concordam é feita uma arbitragem que fixa um valor para as parcelas. A Autarquia pode contestar, o valor, mas tem de depositar à ordem do tribunal o valor atribuído pelos árbitros, antes do respetivo julgamento. Neste caso o pronunciamento não é feito pela Secretaria de Estado, mas sim pela Assembleia Municipal. As desafetações não envolvem dinheiro, mas sim um acordo entre as partes.

Esta Proposta visa a aprovação de uma adenda ao contrato que a Autarquia faz anualmente com a Empresa Municipal. No corrente ano estava previsto transferir para a Empresa duzentos mil euros, mas como foi feita uma boa gestão, com a orientação do Senhor Vereador Paulo Alves, a quem devemos dar os parabéns, porque não foi necessário transferir esse valor mas apenas cento e quarenta mil. Com o valor é menor o contrato tem de vir a esta Assembleia Municipal para sancionamento.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 17. REVISÃO DO PDM DE CHAVES - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, A INTEGRAR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DE 12.12.2012.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra para dizer que a designação do representante do Município para acompanhamento da Revisão do PDM é o **Senhor Vereador Carlos Augusto Castanheira Penas**. A Assembleia Municipal nomeou o **Senhor deputado Manuel Norberto da Costa Santos**.



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 06/2012

Antes de terminar o *Senhor Presidente da Câmara* apresentou mais uma vez os seus cumprimentos com o desejo da continuação de Boas Festas para todos e um Feliz Ano Novo.

Relativamente à Assembleia Municipal Extraordinária requerida pelos Senhores deputados o Senhor Presidente da Mesa informou que ela deverá realiza-se no dia 16 de Janeiro de 2013 pelas 14,30 h, para a qual receberão, em tempo útil, a respetiva convocatória.

O Senhor Presidente da Mesa, depois de esgotados os assuntos da ordem de trabalhos e antes de encerrar a sessão agradeceu a todos a sua presença e desejou a continuação de Boas Festas e um Bom Ano Novo, extensivo às respetivas famílias. Em seguida deu como encerrados os trabalhos, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, _____ que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

O 1º. Secretário, _____

O 2º. Secretário _____

A Funcionária _____